REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

LOCAL: AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

Av. Paulista, 2073 - Conjunto Nacional - Piso Superior São Paulo/SP

DATA: 05 de setembro de 1997, às 14:00 horas.

O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Boa tarde a todos! Ainda não temos quorum para deliberar, mas já podemos começar a nossa reunião porque temos vários assuntos que não dependem de deliberação, são assuntos mais informativos apenas. Portanto, vamos começar e assim que tivermos quorum, podemos passar a deliberar. Passo a palavra ao Sr. Prefeito Celso Pitta, que é o Presidente do nosso comitê de bacia hidrográfica. O SR. PRESIDENTE (Prefeito Celso Pitta) - Muito boa tarde a todos e obrigado pela presença! Vamos dar início à nossa reunião ordinária do comitê da Bacia hidrográfica do Alto Tietê, que como todos sabem, se reveste da maior importância para o equacionamento da questão hídrica do Tietê, que afeta não só a cidade de são Paulo mas também todos os municípios vizinhos. Essa iniciativa de trabalho conjunto e coordenado em todos os municípios da Bacia é muito oportuna, particularmente neste momento em que estamos nos avizinhando de um período de verão, cuja precipitação pluviométrica é prevista ser muito elevada, em razão dessas alterações climáticas provocadas pela corrente "El Nino". A Prefeitura de são Paulo vem desenvolvendo esforços no sentido de minimizar questões relativas a enchentes, o Governo do Estado também vem fazendo o trabalho de desassoreamento da calha do Rio Tietê, mas outros projetos se tornam imperiosamente necessários para que os transtornos provenientes dessa situação sejam minimizados e reduzidos ao máximo. Nesse sentido que damos por aberta a presente reunião, passando ao primeiro item da pauta. SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Iremos fazer uma inversão de pauta, tendo em vista não termos ainda quorum para deliberações. Portanto, passaremos ao item "III" da pauta, "Informes da Secretaria Executiva".

Em termos de organização do nosso comitê de Bacia do Alto Tietê, estamos na fase da organização dos sub-comitês de bacia; tivemos no dia 28 de agosto a instalação, em Itapecerica da Serra, do Sub-comitê Cotia-Guarapiranga, que foi o primeiro dos cinco sub-comitês a ser instalado. Deveremos ter neste mês de setembro e no início do mês de outubro a instalação de mais dois sub-comitês, que seriam o de Tietê-Cabeceiras - que serão instalado dia 22 de setembro - e o Juqueri-Cantareira, que deverá ser instalado na primeira semana de outubro. Com isso, portanto, continuamos avançando na questão da organização do nosso comitê de Bacia. Outro assunto que também está avançando e sobre o qual vamos falar um pouco depois, no final da nossa reunião, é a questão da cobrança pelo uso da água. já tivemos duas audiências públicas aqui na Bacia do Alto Tietê para apresentação da nova versão do projeto de lei que regulamentará a cobrança pelo uso da água: a primeira foi feita no dia 05 de

agosto, na Assembléia Legislativa, com a presença de 150 participantes, e a segunda foi feita em 27 de agosto, na Prefeitura de Santo André, com cerca de 40 participantes. Estamos encaminhando aos senhores algumas emendas que já foram recebidas, e hoje não vamos deliberar sobre elas, porém temos um prazo até o final de setembro para encaminhar emendas ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que deverá se reunir no início de outubro para apreciar todas as emendas recebidas de todos os comitês de bacia e também dos seus conselheiros, para que então aí sim possamos ter uma versão definitiva do projeto a ser encaminhado à Assembléia. Na segunda quinzena de setembro estaremos encaminhando também o informativo nº 8, do comitê de Bacia hidrográfica do Alto Tietê. Há alguns assuntos que não estavam aqui na nossa lista: tivemos na semana passada uma reunião do CONSEMA que aprovou um teste de oxigenação do Rio Pinheiros, e naquela ocasião, durante a reunião do CONSEMA, houve uma solicitação de que o assunto fosse discutido no comitê de Bacia. Portanto, estamos organizando um seminário sobre a questão da Billings, não só sobre o teste de oxigenação propriamente dito, mas sobre um conjunto de questões que envolvem a Billings, começando pelo balanço hídrico da Billings - que é uma coisa pouco conhecida -, a questão energética também, pois estamos com um problema sério na área energética, temos um risco para o próximo ano de desabastecimento de energia da ordem de 15%, temos a questão do abastecimento público de toda a Região Metropolitana como também da Baixada Santista, e temos algumas tecnologias alternativas que estão sendo testadas no sentido de que se houver necessidade de bombeamento do Rio Pinheiros para a Billings, possamos bombear água tratada e com condições adequadas. Portanto, para isso, para que haja uma melhor possibilidade de se debater o tema, estamos organizando um seminário que deverá ser realizado no dia 02 de outubro, às 14 horas, no auditório da SABESP. A respeito disso os senhores depois vão receber o convite formalmente, e a idéia com esse seminário é que possamos ter um tempo maior para debater a questão. Portanto, não é uma reunião do comitê, mas sim um seminário, onde vamos convidar todas as câmaras técnicas - porque isso envolve a questão da qualidade, a questão da quantidade e envolve também a questão do controle de uma série de fatores, para que possamos, então, ter uma discussão mais ampla sobre esse tema. Basicamente, era isso que queríamos trazer como informes da Secretaria Executiva; como percebo que já temos quorum, devolvo a palavra ao Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Prefeito Celso Pitta) - Vamos passar para a questão do item "II", que é a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Tem a palavra o nobre Secretário Hugo Marques da Rosa. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Solicito aos srs. conselheiros a dispensa da leitura da ata, uma vez que todos já a devam ter recebido, para que possamos passar imediatamente à votação da sua aprovação. Alguém gostaria de fazer algum comentário em relação à ata da reunião anterior? (...) não havendo nenhum comentário a ser feito, passamos à votação da ata da reunião anterior, conforme a mesma foi apresentada: os Srs. Conselheiros que forem favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários levantem o braço. (Pausa) Portanto, está APROVADA a ata da reunião anterior. O assunto seguinte da nossa pauta é a questão da aplicação dos recursos do FEHIDRO; na nossa reunião anterior do comitê de Bacia, estabelecemos critérios para a aplicação dos recursos do FEHIDRO, estabelecemos prazo para o recebimento de projetos, esse prazo já foi encerrados e os projetos apresentados analisados, e estamos então, hoje, trazendo

uma proposta no sentido de que os recursos possam ser distribuídos. Solicito ao Sr. Gerôncio, que fez a análise dos projetos juntamente com sua equipe, para que faça uma rápida apresentação do que foi recebido e da proposta que estamos encaminhando para aprovação. Enquanto é feita a preparação do material para a apresentação, gostaria apenas de chamar a atenção para o seguinte: por enquanto, os recursos do FEHIDRO ainda são recursos de pequena magnitude, mas esse exercício é importante porque, no futuro, com o início da cobrança pelo uso da água, teremos recursos muito mais substanciais. então importa que comecemos a desenvolver uma metodologia de análise dos projetos, de pontuação, e de que nos familiarizemos com essa questão, porque com a cobrança pelo uso da água os recursos hoje disponíveis serão multiplicados em muitas vezes! Ou seja, a pouca monta dos recursos hoje disponíveis talvez não justificasse um aparato como o que temos no sistema de gestão dos recursos Hídricos para, simplesmente, distribuir recursos dessa ordem; porém, acho que o importante para nós aqui é, realmente, a metodologia. O SR. GERÔNCIO ALBUQUERQUE - Boa tarde a todos! Esta é uma síntese da resolução da reunião anterior do comitê; ela fixou critérios gerais para a distribuição dos recursos do FEHIDRO deste ano e dentre esses critérios, os principais eram o enquadramento em um dos 12 "Programas de Duração Continuada" do "Plano Estadual de Recursos Hídricos", e uma divisão dos recursos em duas partes, meio a meio, sendo uma metade para projetos e atividades abrangentes para toda a Bacia, e a outra metade dividida pelas 5 Sub-regiões em que o nosso comitê está dividido. Esses eram mais critérios gerais a serem observados. Depois, alguns requisitos para financiamento a fundo perdido, a saber: projetos que promovessem a educação ambiental, a economia de água, o saneamento com a participação da comunidade e o fomento ao uso da água para recreação e lazer. Além disso, se colocava que cada proponente, que cada instituição do sistema só poderia apresentar um projeto para permitir que a maior parte dos interessados pudessem se candidatar, e foi estabelecido um prazo - até 31 de julho - para o envio de projetos. Recebemos 31 projetos até esse prazo final de 31 de julho, e o que fizemos? Esses critérios gerais eram os norteadores para que os proponentes apresentassem seus projetos, temas são insuficientes para avaliá-los e classificá-los. Portanto, constituímos um grupo de trabalho específico e estabelecemos alguns critérios adicionais para a pontuação desses projetos: estabelecemos 9 critérios que os senhores devem ter recebido e tomado conhecimento através das correspondências - consubstanciados no "Anexo A" -, estabelecendo critérios de pontuação, um por um, desses nove, por categorias dos projetos. Enquadramos os 31 projetos em três grandes categorias: uma categoria ligada à pesquisa e monitoramento; uma segunda categoria, ligada à educação ambiental, e uma terceira categoria ligada à obras, projetos que implicassem em execução de obras. Por essas categorias, estabelecemos, então, uma pontuação nos nove critérios que foram discriminados, e esse grupo de trabalho foi pontuando, um a um, os projetos recebidos segundo esse juízo. No final, se fez uma média de pontos dos projetos e essa é, praticamente, a classificação deles por essa média de pontuação. (O orador utiliza-se de um retroprojetor e transparências, sobre as quais vai fazendo suas considerações).* então aqui: no primeiro quadro, temos os projetos enquadrados naquela classificação que foi dada nos "critérios gerais", ou seja, abrangentes para toda a Bacia do Alto Tietê; e num outro quadro, os projetos por sub-Região ou por município e também de todas as instituições proponentes: prefeituras municipais e

organizações não-governamentais, também com uma média de classificação com um valor que, agora, passarei a esclarecer um pouco mais. Em suma, esses são os critérios de pontuação. Feitos os critérios de pontuação e a classificação, fizemos a soma dos valores pretendidos e pleiteados por cada proponente, e verificamos que esse valor ultrapassava - e muito - o limite disponível, de até duas vezes e meia, aproximadamente. Portanto, mesmo com a classificação dos projetos, foi preciso fazer uma adequação dos valores solicitados para que eles caíssem na faixa dos recursos disponíveis. Daí então um segundo exercício desse grupo de trabalho foi arbitrar um valor, geralmente inferior ao solicitado, mas que se mantivesse dentro da faixa disponível de recursos. Esse quadro que está sendo submetido hoje à deliberação é o resultado final: ele procura compatibilizar a classificação segundo critérios, a pontuação recebida por cada projeto e o valor disponível e possível de ser financiado. Para isso, se cria, além de tudo o já explanado, uma coluna de recomendações: alguns projetos que tinham valor acima do disponível, teriam que ajustar suas metas, o seu escopo a esse novo valor proposto pela Secretaria Executiva. Com isso, foram contemplados 30 projetos dos 31 apresentados; apenas um deles não pode ser contemplado, justamente um projeto de uma obra pesada de contenção de talude proposto pela Prefeitura de são Caetano do Sul, cujo valor era mais da metade do recurso total disponível, 1 milhão e meio de reais. Portanto, esse projeto não pode ser contemplado e achamos que a prefeitura daquele município teria que buscar uma outra fonte de financiamento mais adequada, tendo em vista os recursos muito limitados do FEHIDRO; é impossível atender a um projeto desse porte! De qualquer forma, estão contemplados 30 projetos dos 31 apresentados. Os senhores tem essa lista de projetos em mãos, e diante disso, submetemos à deliberação do plenário essa primeira proposta que a Secretaria Executiva do comitê indique ao FEHIDRO, para efeito de prosseguimento e análise na secretaria executiva daquele órgão, para sua aprovação ou não. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Gerôncio, talvez só a título de exemplificação, talvez pudéssemos pegar aquele primeiro quadro que você mostrou, o geral - pois tratam-se de poucos projetos -, explicar o que é cada um e qual foi o critério de adequação do valor que foi usado. Talvez assim fique mais claro o trabalho que foi realizado pela Secretaria Executiva. Chamo a atenção dos senhores que esse primeiro quadro refere-se aos projetos de interesse da Bacia como um todo. O SR. GERÔNCIO ALBUQUERQUE - Para facilitar o acompanhamento, os proponentes devem ter recebido tudo isso e o tem em mãos, apesar desse quadro não ser completo, pois não mostra uma coluna com os valores solicitados originalmente, e sim contém apenas o valor final arbitrado pelo grupo de trabalho, mas vamos dar agora uma idéia desses projetos. Um projeto da "Vitae Civilis", "Conexão", estabelecendo "correntes da cidadania pela defesa dos mananciais": eles se propõem editar um boletim periódico e, além disso, constituir uma comissão técnica qualificada para fazer o acompanhamento do "Projeto Tietê", o projeto de despolirão do Rio Tietê. Propõem- se a fazer um acompanhamento sistemático, o que não vem sendo feito por uma organização independente ou não-governamental. Se não me engano, o valor pretendido é o mesmo que foi aprovado, pela abrangência do projeto. A "ABEPOLLAR", com o "Água de Beber" - que é o título de um projeto apresentado por aquela instituição -, projeto na linha de difusão de informações sobre recursos Hídricos utilizando vídeos e abordando os problemas e conflitos existentes na Bacia do Alto Tietê. "Cadastro de Irrigantes" é um projeto apresentado pelo

D.A.E.E. para complementar o cadastro dos irrigantes na Região da Cabeceiras do Tietê - Região que compreende de Mogi até Salesópolis -, que é a Região prioritária aonde se pratica a irrigação na Bacia e o cadastro está incompleto. "Planejamento e Fiscalização da Várzea do Tietê", projeto que é proposto pela Secretaria do Meio Ambiente, que tem como escopo, principalmente, fiscalizar a Várzea - tanto na Zona Leste como na Zona Oeste -, e num terceiro módulo, ela se propunha também a fazer medidas de recuperação na "Apa" de Ponte Nova. Esse eu me lembro bem: o valor total pleiteado era de 750 mil e foi aprovado 270 mil; a Comissão recomenda que o terceiro módulo, relativo à Ponte Nova, não seja executado agora e que a Secretaria do Meio Ambiente se concentre na Várzea do Rio Tietê, onde a fiscalização é prioritária, e com isso abate-se o valor total pleiteado, ficando compatível com o recurso disponível. "Capacitação de ONG's e Técnicos Municipais", projeto aonde uma ONG - "Água e Vida" - se propõe dar um curso regionalizado - pelas cinco regiões do comitê e uma geral para toda a Bacia -, trazendo os próprios membros de ONG's ligados ao comitê e outros interessados nas sub-regiões, nos sub-comitês que estão sendo formados e dar um curso em cada uma dessas cinco sub-regiões. O valor deve ter sido mantido, é esse mesmo: 38 mil reais. "Programa de Planejamento e educação Ambiental". A ABES de são Paulo está se propondo - embora num outro nível, pois a ABES já tem uma tradição em cursos de capacitação profissional - em também dar um curso, sempre na área de recursos Hídricos e meio ambiente, e voltado para a problemática da Bacia do Alto Tietê. "educação Ambiental Observando o Tietê", da "S.O.S. Mata Atlântica". Essa é uma continuidade de um trabalho que ela já faz, ela tem um programa aonde coleta a água, ao longo do Tietê, e ela própria faz a análise e faz um monitoramento paralelo ao que a CETESB faz. Porém, ela quer fazer mais nesse projeto: ela se propõe, em cada uma das cinco sub-regiões, a formar grupos de voluntários para fazer esse monitoramento. O valor deve ter sido mantido, era na ordem de 105 mil reais. "Mapeamento Digital do Uso do Solo da Bacia do Alto Tietê", projeto da EMPLASA. A EMPLASA já tem um volume de dados de mapeamento muito grande de uso do solo, mas se propõe atualizar esse mapeamento agora em base digital e disponibilizá- lo para todos os membros do sistema de recursos Hídricos, isso na escala de "1:25.000", o que não existe, digitalizado. "Subsídio do Meio Físico para o Planejamento e Desenvolvimento da Irrigação no Alto Tietê", projeto do IPT formulado ainda com escopo um tanto genérico, e a Comissão pede para o IPT precisá-lo melhor. Aparentemente, esse projeto também é na Região irrigada do Alto Tietê, ente Mogi e Salesópolis. O valor deve ter sido mantido. "Banco de Dados Espaciais da Bacia do Alto Tietê". O Instituto de Geociência da USP está se propondo a fazer um banco digitalizado, basicamente, com mapas temáticos da Bacia do Alto Tietê, que vão ser utilizados diretamente no relatório da situação de recursos Hídricos da Bacia. E por último, "Sistema de informações em Saúde e Vigilância de Qualidade". A Secretaria de Saúde já tem a sua divisão de vigilância, mas ela quer regionalizar, colocar sistemas de informações em cada sub-Região e fazer isso de forma mais descentralizada. Foi concedido aí - ou arbitrado - o valor de 69 mil reais, só que ela pediu três vezes mais, pois ela se propôs a fazer em três sub-regiões. A Comissão, o grupo de trabalho formado recomenda que ela faça em uma sub-Região, a título de "projeto piloto", e depois estenda pelas outras regiões. Os critérios de redução e de ajuste dos recursos ao valor disponível: os senhores podem ver que aí, no total,

tivemos um valor de 1 milhão, 293 mil reais, que é a metade do recurso total disponível, como tinha sido o critério geral de deliberação. Na segunda categoria, dos projetos regionais ou por municípios, a linha de trabalho foi idêntica, ou seja, são dadas algumas recomendações de ajuste de escopo e redução no valor pretendido. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Em síntese, o que se procurou fazer foi estabelecer algum critério de avaliação dos projetos e a partir desses critérios, houve uma tentativa de adequação dos valores aos recursos disponíveis, de maneira a se atender o maior número de projetos apresentados. Aliás, se atendeu a praticamente todos os projetos, buscando-se naqueles projetos de valor maior uma redução para se atender ao maior número de pedidos. Desse critério, basicamente, resultou uma planilha que os senhores receberam, e é essa a proposta que estamos submetendo à apreciação e, posteriormente, à votação. está aberta a palavra, para discussão, por parte dos senhores conselheiros, sendo que antes disso, gostaria de voltar a palavra ao Sr. Presidente, Prefeito Celso Pitta. O SR. PRESIDENTE (Prefeito Celso Pitta) - Quero pedir licença aos presentes para me retirar, em função de outros compromissos que tenho agendados na Prefeitura. Quero deixar a Presidência com o nosso Secretário, Hugo Marques da Rosa, agradecendo a todos pela presença aqui nesta reunião. Muito obrigado! (Palmas) O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Tem a palavra o Dr. Antonio Fernando Pinheiro Pedro, da OAB. O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO (OAB/SP) - Boa tarde Sr. Secretário Hugo Marques e a todos os Srs. Conselheiros. Essa questão da distribuição de recursos é relevante, mas nos parece que Há necessidade de aperfeiçoarmos os critérios, a começar da definição, pelo próprio comitê, da temática a ser abordada para que se possa avaliar que tipo de projeto deverá ser submetido à análise. Há necessidade de termos um critério, porque pelo que verificamos, o volume e a disparidade de projetos é enorme, de tal maneira que identificamos. dentre os 9 selecionados, 2 que se sobrepõem, inclusive: é patente que o mapeamento digital do uso do solo, que vai ser feito pela EMPLASA, é muito próximo do banco de dados espacial da Bacia do Tietê! são critérios que, de certa maneira, estão se sobrepondo, com algumas diferenças. Talvez fosse muito melhor se pudéssemos, no âmbito do comitê - e aí seria objeto de uma segunda deliberação, obviamente -, que voltássemos a um estudo da nossa resolução, para que pudéssemos estabelecer temas e mecanismos que chegassem a um consenso no uso racional desses recursos, para que não ficássemos distribuindo os recursos, pura e simplesmente, em que pese a forma criteriosa com a qual, eventualmente, estamos observando na exposição do nosso caro amigo Gerôncio. Por outro lado, Sr. Secretário, quando isso nos chegou às mãos, tivemos também muitas dúvidas, e procurei me socorrer do auxílio do Prof. Renato Zucullo - a quem conheço desde a Faculdade de Saúde Pública da USP -, que fazendo um estudo crítico desses critérios - e é o que vamos observar hoje -, ele teceu uma análise que acho merecer a atenção deste comitê, previamente, antes de podermos deliberar. Portanto, pediria que V.Exa. cedesse a palavra ao Dr. Renato, para que o mesmo pudesse expor a análise que fez sobre os critérios apresentados pelo D.A.E.E. para a escolha dos projetos. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Tem a palavra o Dr. Renato Zucullo. O SR. RENATO ZUCULLO - Primeiramente, quero agradecer esta oportunidade! Sou engenheiro e também sou formado em especialização em gestão ambiental, e faço parte de um grupo de trabalho de um projeto piloto de educação ambiental do "Pirajussara" e da Comissão Contra

Enchentes lá do Pirajussara. O nosso projeto é um dos candidatos aí a verba, e está num enquadramento não neste quadro apresentado pelo Sr. Gerôncio, mas num outro, por Região, e ele se prende a ações de educação ambiental. Gostaria de dizer, de início, que a nossa manifestação, absolutamente, não é contra projeto nenhum, porque sabemos que todos são importantes. já Há algumas décadas que lidamos com problemas de inundação e sabemos bem que tudo é importante, mas o critério de distribuição, realmente, mesmo que esteja bastante conveniente, isso deve ser sempre mais almejado. Seria muito do meu gosto, se houvesse tempo, conversar e debater sobre esses critérios, mas acho que talvez seja, quem sabe, hoje mesmo, ou uma outra vez, mas hoje eu gostaria de mostrar um quadro - o que o Sr. Gerôncio mostrou - onde aparecem os valores que o Sr. Gerôncio falou de memória, e eu fui olhando e acompanhando e os mesmos conferem perfeitamente. A nossa observação, neste quadro aí... *(também utilizando-se e referindo-se ao retroprojetor e às transparências)* ... é quanto à aplicação do próprio critério; o critério estabelece - bem claro e por escrito - que 50% do global dessa verba devem ser destinados a projetos que abranjam a Bacia toda. Nos pareceu que uma adverbialização como, praticamente e teoricamente, ou basicamente, não serviria se a gente conseguisse adverbializar o conjunto todo. Então, olhando esses projetos aí - e quando o Sr. Gerôncio foi falando e foi confirmando o que achei que era, e também consultando outros colegas -, não achei que muitos deles pudessem ser considerados como de "toda a Bacia"! Se não, vejamos: esse da "cidadania para defesa dos mananciais", não tive dúvida que abrange toda a Bacia do Alto Tietê. Depois poderemos falar até o que são "essas colunas aqui", mas vamos no cerne da questão: o projeto "Água de Beber", apesar das informações serem bastante reduzidas, pois no próprio formulário que se preenchem são 6 linhas apenas para explicação, mas me pareceu que, por ela em si, não abrangeria a Bacia do Alto Tietê como um todo. "Cadastro de Irrigantes", inclusive pela explicação que meu amigo Gerôncio deu, eu acho que de forma nenhuma pode ser considerado como relativo à Bacia toda, porque irrigação, na parte aonde mais se mora e se trabalha em são Paulo, não é uma coisa importante. Parece-me que não abrangendo a Bacia geográfica, sem adverbializar, não pode ser considerado como que abrangendo a Bacia toda do Alto Tietê. O planejamento e fiscalização da apa da Várzea do Tietê e uma parte aqui de Ponte Nova também não é a Bacia toda, por mais importante que seja - e eu sei que é importante, certo? A capacitação de ONG's e técnicos municipais, no relatório da Comissão está dito seis cursos, e eu acho que ninguém vai dizer que em seis cursos vamos abranger a Bacia toda! O planejamento e educação ambiental, apesar de estar escrito "a definir", pareceu-me que abrange a Bacia toda. Educação ambiental observando o Tietê, da S.O.S. Mata Atlântica, pareceu-me também que abrange a Bacia do Alto Tietê. Mapeamento digital do uso do solo, realmente, como o Conselheiro da OAB falou, ele é complementado pelo que a FUNDUSP apresenta; tenho certeza, naturalmente, que essa complementação vai ser feita coordenando os trabalhos e cada um vai usar o mesmo sistema de informatização para, efetivamente, um poder se somar ao outro. Portanto, considero que abrange a Bacia toda. Esses subsídios do meio físico para planejamento de irrigação, temos outra vez a questão da irrigação que, na minha impressão, não pode ser considerada como abrangendo a Bacia toda. O banco de dados espaciais do FUNDUSP abrange toda a Bacia, e é complementado por esse projeto da EMPLASA. E, finalmente, esse sistema de informação em saúde e

vigilância, está escrito no relatório que são três sub-regiões, e se a recomendação é para depois se estender, realmente, podemos considerar que seriam todas as regiões da Bacia envolvidas. Isso tudo quer dizer o seguinte: numa primeira análise, não falando dos critérios - que poderíamos falar se fosse oportuno -, a conclusão a que chegamos, fora aquela última observação que é adicional ao que está no relatório, concluo que dos 11 projetos apresentados neste quadro, parece-me que só 5 é que, realmente, abrangem toda a Bacia do Alto Tietê. Eu preciso voltar rapidamente um pouquinho aqui, para dizer o que é que chamei de "VA" e "VP". O Gerôncio citou os valores arbitrados e os valores pretendidos, e tenho uma dúvida só - no relatório não estava quanto a "Água de Beber" solicitava -, mas, enfim, se criar um índice aonde é expressa a relação entre o que foi arbitrado e o que foi pedido, temos "essa coluna aqui" onde vários desses projetos que foram considerados nesse trabalho da Comissão como "abrangendo" estão recebendo ou tendo arbitrados a ele o valor pedido. Para comparar isso, a pontuação - que me pareceu estranho uma pontuação começar com "1" e vai até "3", com um intervalo de "2" -, já começando com "1", começa já com 50% do que a pessoa pode variar para se atingir um ideal. Mas fazendo uma divisão da pontuação que consta no relatório por "3" - que seria o máximo -, encontraríamos um índice que eu chamei de um "índice de pontuação"; e se compararmos esses índices de pontuação que, vamos dizer, poderia representar a excelência, um índice de excelência do projeto, comparado com aquilo que ele recebeu, não há, realmente, uma correspondência biunívoca, e acho que para se chegar realmente àquele valor precisaríamos de algum outro critério. Portanto, pareceu-nos o seguinte: não sou dono da verdade e nem os companheiros que apresentaram conjuntamente esse projeto, que saiu chamado "são Paulo - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente" -, mas se estivermos certos, a transferência daquilo que foi considerado não abrangente, sem a adverbialização do que está mostrado lá, os projetos que são parcialmente abrangentes - aqueles da irrigação, por exemplo -, se forem julgados de maneira a que passassem para outra classificação, evidentemente, acontecem duas coisas: os projetos que permanecerem no primeiro quadro vão ser mais aquinhoados, e no segundo quadro, além de se diminuir a verba, apresenta-se um problema, no mínimo, dificílimo, ou seja, que a irrigação, por exemplo, abrange mais de uma sub-Região, das cinco que temos. então, era preciso dividir em cada sub-Região o que aquele projeto onera cada Região, porque depois cada Região tem que somar 258 mil reais. Portanto, realmente, é um problema bastante difícil de se resolver, e dessa análise me parece que demandaria - se estivermos pelo menos parcialmente certos - um maior estudo sobre isso e, quem sabe, nesse estudo se rever os critérios que por outras razões também não me pareceram, pelo menos, os otimizados. Peço desculpas pelo tempo tomado, deixando bem claro que somos parte interessada, trabalhamos no Pirajussara Há muito tempo e, realmente, nos deixou insatisfeitos ter pedido 252 mil e nos ter sido arbitrados 46 mil, mas também não fomos os únicos com os quais aconteceu isso. Finalizando, se existe um critério, acho que ele deveria ser seguido sem adverbialização. Muito obrigado a todos! A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Sr. Secretário, sinto-me bem à vontade para falar porque apresentamos um projeto no valor de 760 mil reais e a Comissão cortou muito bem cortado, na medida em que parte do projeto, realmente, não beneficiava toda a Bacia. O que queria colocar é que em nenhum momento me parece que o comitê apresentou como critério o critério geográfico; acho que ficou

entendido que eram projetos que tinham reflexo na Bacia como um todo. não vou nem comentar o meu e sim o do D.A.E.E; o fato de estar priorizado o cadastro do irrigante e não existe irrigação, realmente, em todo o trecho do Rio Tietê, mas o efeito da irrigação, da quantidade de água que se gasta, do tipo de irrigação que se faz tem efeitos seríssimos em termos de vazão. então, ele tem influência, sim, e insisto: eu não fiz parte de Comissão nenhuma que apontou isso, mas o critério entendido não era o critério geográfico! O SR. DIRCEU D'ALKMIN TELLES (ABID) - Sr. Secretário, quero concordar com as palavras da colega, porque a água que é retirada na Bacia do Alto Tietê, nas suas cabeceiras, não poderá ser usada em toda a sua extensão adiante. Portanto, concordo plenamente com a colega: a irrigação é, sim, abrangente em toda a Bacia do Alto Tietê. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Embora eu não tenha participado diretamente da elaboração dessa proposta, eu ía fazer uma defesa do que o Gerôncio apresentou, pelo seguinte: no caso da irrigação, seria justamente esse argumento, ou seja, os irrigantes do Alto Tietê tem uma potência instalada de bombas de 20 m3 p/ segundo, e nós estamos fazendo um esforço para construir mais barragens para regularizar uma vazão maior de água que vai servir para o abastecimento público, quer dizer, estamos apostando muito no sistema Alto Tietê como uma solução para o abastecimento público de toda a Região Metropolitana. A própria Região Oeste de são Paulo depende da água que consigamos regularizar no Alto Tietê. Porém, se os irrigantes ligarem as suas bombas com uma vazão de 20 m3 p/ segundo, nós não teremos água! Ou seja, aquilo que conseguirmos regularizar vai ser consumido pela irrigação. Portanto, tendo isso em vista, o trabalho de irrigação interessa à toda a Bacia. A mesma questão pode ser observada em relação à Várzea do Rio Tietê; a preservação da Várzea do Rio Tietê é essencial para toda a macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê. Isso quer dizer que se nós perdermos a Várzea do Rio Tietê, se a Várzea ficar comprometida, vamos ter vazões no Rio Tietê absolutamente incontroláveis, e isso vai prejudicar não só o Rio Tietê como os seus afluentes também - que vão ficar bloqueados - e isso vai ser transferido para várias outras regiões da Bacia. Portanto, essa questão de que se o projeto atende toda a Bacia ou não atende toda a Bacia é relativa: por exemplo, tem projetos que nitidamente atendem toda a Bacia, tem outros que nitidamente são regionais e tem alguns que estão numa área meio cinzenta. então, o próprio Engenheiro Zucullo colocou muito bem que se pegássemos esses projetos que... na realidade, tivemos menos projetos de interesse geral do que até seria desejável, e se pegássemos esses em que Há dúvidas se são regionais ou gerais e passássemos para as sub-bacias, iríamos agravar o problema de distribuição de recursos nas sub-bacias, quer dizer, está mais crítica a distribuição de recursos nas sub-bacias do que na Bacia como um todo. Agora, nitidamente, acho que houve uma tentativa de se contemplar o maior número de projetos; o critério que foi utilizado na redução dos valores é um critério a ser discutido, pois isso que está sendo apresentado aqui é uma proposta, foi arbitrado um valor para que justamente pudéssemos discutir, de maneira alguma isso é definitivo! E um dos critérios que foi utilizado para saber quais os projetos que seriam reduzidos, digamos assim, foi justamente o tamanho do próprio projeto, como ocorreu no caso da Secretaria do Meio Ambiente, cujo valor do projeto era superior a 50% da verba disponível, ou seja, se fosse aprovado na íntegra isso significaria deixar de atender vários outros projetos. Acho que isso é uma questão de política, uma forma de como procedermos e que devemos discutir; podemos estabelecer um critério

tecnicamente preciso e seguir rigorosamente esse critério, e aí vamos atender, provavelmente, alguns dos projetos e vamos deixar de atender outros; ou vamos fazer um esforço para tentar atender o maior número de projetos. Portanto, isso é uma questão de política de distribuição de recursos. Quero agora fazer uma observação mais geral, que é a seguinte: na realidade, temos dificuldades em estabelecer critérios porque nos falta uma base. O nosso plano de bacia hidrográfica ainda é muito genérico; se tivéssemos um plano de bacio hidrográfica já mais preciso e verificando prioridades, naturalmente teríamos as prioridades estabelecidas, ou seja, estamos fazendo um trabalho sem base nenhuma! O nosso plano ainda está extremamente geral. Isso quer dizer que temos que fazer um esforço daqui para a frente para melhorar a qualidade dos nossos relatórios anuais de situação e melhorar a qualidade do plano de recursos Hídricos; sem ter essa base, sem saber o que queremos numa bacia hidrográfica, realmente, é difícil! Mesmo que queiramos colocar algum critério técnico e objetivo, teremos dificuldades. O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO (OAB/SP) - Sr. Secretário, acredito que estejamos caminhando no mesmo sentido, é exatamente essa a questão. Como estamos tratando com verbas públicas - inclusive, de origem federal, essas do FEHIDRO, compensatórias -, creio que esse seria o momento ideal - aliás, este é o fórum correto para tanto - para que pudéssemos, então, estabelecer uma política, antes de lidarmos com a liberação da verba. O que nos tem preocupado muito, enquanto preocupação institucional mesmo, é evitarmos essa distribuição de maneira, até mesmo, a nos prejudicarmos; projetos de ordem pública e de agir de maneira eqüitativa com projetos que vêm do setor privado e de ONG's, etc. Há uma necessidade, portanto, de estabelecermos primeiro uma política de priorização - como o senhor mesmo diz - dentro do programa tendo em vista aquilo que queremos. Dentro desse programa estabelecer também uma política de priorização entre aquilo que é de interesse público, ou seja, aquilo que o Estado vai precisar de início e depois aquilo em que a sociedade civil, supletivamente, poderá ajudar com a sua iniciativa. Acho que seria bastante oportuno que pudéssemos repensar, de maneira bem criteriosa e rápida com relação a essa questão, até mesmo deixando de apreciar a distribuição dessas verbas hoje, para que pudéssemos numa reunião específica discutirmos com mais tranqüilidade e clareza e também até mesmo apresentar propostas, para evitarmos que, eventualmente, amanhã, se pene o comitê de estar fazendo uma distribuição de verbas sem um critério específico, coisa que sabemos não ser a vontade deste fórum, sem dúvida alguma. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, primeiramente queria dizer que foi uma boa coisa a contribuição que foi dada aqui, hoje, para as próximas definições. já passamos por esse momento Há um tempo atrás quando nós, realmente, estávamos discutindo os critérios para a partição de recursos. A segunda questão que eu quero levantar é a seguinte: o Dr. Hugo falou que estamos fazendo um exercício de aprendizado para conviver com essa questão de compartilhamento de recursos, com a divisão de recursos, e acho que tem uma questão importante aí, ou seja, na hora em esse recurso for liberado e em que os grupos começarem a trabalhar, é que o comitê estabeleça sistemática de procedimentos para que durante o exercício da execução desses projetos os grupos possam saber o que está acontecendo! Quer dizer, muitas vezes, o produto de um grupo é subsídio para outro grupo, e não sei se isso está estabelecido já, ou seja, quando esses recursos saírem e o pessoal começar realmente a trabalhar, como é que um projeto pode ajudar e criar sinergia em outro

projeto e vice-versa? Esta é uma proposta que a ABES deixa aí para reflexão, porque tenho a certeza absoluta de que a soma dos produtos individuais de todos esses projetos deve ser muito maior do que, enfim, o simples somatório deles, sem essa sinergia de que estamos falando. Portanto, tem que haver sinergia na condução dos trabalhos e precisamos também aprender a fazer isso, no meu entendimento. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Boa tarde a todos! Estou aqui observando essa proposta de utilização de recursos a fundo perdido para 1997, e aqui houve uma simulação de distribuição por cada segmento, aparecendo num primeiro tópico a distribuição pelos municípios com renda "per capita" inferior à média do Estado. Quero observar que o Conselho Comunitário de Saúde aparece aqui em seguida a Franco da Rocha como município; esse projeto - inclusive aqui, neste segmento - recebeu a maior pontuação - 2.48 - e a propositura dele é de uma ONG, pois o Conselho Comunitário de Saúde é um organização não-governamental do município de Franco da Rocha, ou seja, acredito que aqui deve ter havido um engano e gostaria de um esclarecimento por parte da Secretaria Executiva, e saber, por conseguinte, em reenquadrando, como ficaria essa ponderação tendo em vista que é um projeto totalmente de educação ambiental, o que quer dizer que o retorno desse investimento é zero! O resultado dele não é financeiro, e pensar-se em devolver esse recurso fica meio difícil, acho que isso todos podem perceber. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Peço apenas um instante para podermos organizar a discussão: deu para perceber que temos três linhas de questões apresentadas aqui. A primeira questão que foi levantada é se temos condições de distribuir os recursos hoje, em função dos critérios que foram apresentados, ou se devemos estabelecer ou rediscutir os critérios e reabrir a discussão e até mesmo com a apresentação de novos projetos. Quer dizer, tendo em vista os critérios apresentados, se estamos ou não em condições de decidir a distribuição desses recursos hoje. Se chegarmos à conclusão de que não temos condições de decidir nem adianta entrar mais a fundo nessa questão. A segunda questão é a de que se chegarmos à conclusão de que podemos decidir isso hoje, a primeira coisa é ver quanto caberá de recursos a cada um dos projetos apresentados. Feito isso, aí a terceira etapa serão justamente como aqueles recursos a fundo perdido serão distribuídos para cada um dos proponentes. Portanto, a primeira questão - que foi levantada pela OAB - é se podemos ou se deveríamos ou não distribuir esses recursos hoje, ou se deveríamos amadurecer um critério melhor para a distribuição dos recursos. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Uma questão de ordem, Sr. Secretário: o senhor está colocando em votação se seria hoje ou não, é isso? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, ainda não estou colocando em votação; é que como foi uma questão que foi levantada por um dos membros do comitê, a estou colocando em discussão. Está aberta a palavra aos conselheiros que queiram se manifestar sobre essa questão. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Sr. Secretário, gostaria de encaminhar o assunto no sentido de que se decida hoje essa questão. Tentamos em 96 - e foi aprovado pelo comitê - conseguir uma verba para educação ambiental, onde a Secretaria seria a tomadora, porém o executor seriam as ONG's. Por uma série de problemas, até agora... um mês e meio depois o projeto estava no FEHIDRO e até agora não saiu o dinheiro! Se formos adiar ainda mais esse dinheiro, em termos das exigências, é difícil - mas muito difícil mesmo - de completar o processo! Vai para o

banco, volta para o banco, vai para o órgão técnico, volta para o órgão técnico, enfim, eu acho que devíamos decidir - e encaminho nesse sentido - agora mesmo, em termos da distribuição desses recursos. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - A ABES de são Paulo também entende que já tivemos um momento, aqui mesmo neste fórum, para discutir os critérios, e quero colocar o seguinte: é uma excelente contribuição que está sendo deixada aqui hoje para as próximas definições, porque me parece que as pessoas e as entidades que trabalharam teriam o direito de serem contempladas, e mudar as regras do jogo agora, parece-me um pouco fora de propósito. As entidades entraram sabendo dos critérios que haviam sido definidos! O SR. MÁRIO MANTOVANI - são três anos de discussões! O SR. DARCY BREGA FILHO - Justamente, 3 anos de discussões, quer dizer, é um processo. Foi tudo definido, todos apresentaram projetos e, inclusive, os objetivos dos projetos foram definidos em função dos critérios que estavam colocados, discutidos aqui e aprovados, e parece-me que essa é uma excelente contribuição para as próximas etapas, ou seja, para o processo, e não para esta. Proponho, em nome da ABES, que seja definido hoje também! O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV/ABC) - Sr. Secretário, queria apenas ter um esclarecimento: no ano passado a nossa entidade apresentou um projeto, uma proposta de enquadramento e que foi aprovada neste comitê; porém, o FEHIDRO reprovou porque teria sido uma entidade, uma ONG, que apresentou o projeto, uma vez que pelo entendimento do FEHIDRO, não poderia uma ONG apresentar um projeto como tomador dos recursos. Queria saber se isso foi mudado, quando foi mudado, e quero dizer que em função disso, a nossa entidade, que tem um projeto de educação ambiental para a Região do Grande ABC, sobretudo nas áreas de proteção de mananciais, onde 400 mil pessoas são moradoras daquela Região. Em que pese o fato de que alguns ambientalistas achar que a gente deve tirar todo mundo de lá, entendemos que isso é impossível, e achamos, isto sim, que essa comunidade precisa ter o conhecimento da lei de proteção de mananciais para que ela possa, realmente, proteger e garantir aquela área, para que o que resta de mananciais não acabe de vez! Portanto, consideramo-nos, dessa forma, prejudicados, uma vez que não soubemos que essa regra teria sido mudada. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Cabe aqui um esclarecimento: realmente, existia uma dúvida exatamente com relação a isso, ou seja, se os recursos do FEHIDRO poderiam ser destinados a ONG's, porque existe a lei estadual de recursos Hídricos e a aplicação do FEHIDRO está regulamentada por um decreto do Governador, feito na gestão passada, e nesse decreto fixava-se, então, quem poderiam ser os beneficiários dos recursos do FEHIDRO, e colocava como um dos beneficiários os usuários de recursos Hídricos. Porém, havia uma dúvida se ONG era usuário de recursos Hídricos ou não, quer dizer, mesmo uma ONG que representasse os usuários, se ela mesma seria usuária; "estrito sensu", ela não era usuária de recursos Hídricos. Portanto, para que se pudesse contemplar projetos apresentados por ONG's, havia a necessidade de alteração do decreto. Daí o COFEHIDRO reuniu-se este ano e aprovou uma deliberação, que foi transformada em uma minuta de decreto e encaminhada ao Sr. Governador. Isso quer dizer que o financiamento de ONG's ainda depende de uma alteração a ser feita através desse decreto, mas que creio não haver problema algum nesse sentido e esse decreto deverá ser assinado ainda nos próximos dias. Portanto, já Há resolução do COFEHIDRO e deve ser complementada pelo decreto do Governador. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Sr. Secretário, peço desculpas por

intervir aqui nesta reunião, visto que é o Samuel quem está representando o S.O.S. Mata Atlântica neste comitê, mas em nome de quem acompanhou a história do comitê do Alto Tietê e também a história de todos os comitês do Estado de são Paulo, acho que Há uma questão que deve ser colocada. Quando propusemos que no sistema de recursos Hídricos houvesse a criação de um fundo de recursos Hídricos era justamente para que este não fosse mais um conselho que entrasse naquela coisa de ficar apenas discutindo, discutindo, discutindo, e não tivesse braços executivos. Como tinha a agência prevista, o FEHIDRO seria o que facilitaria as empresas, facilitaria as ONG's e que também facilitaria o próprio poder público a trabalhar com a questão de água nesse estado de penúria que vive essa questão atualmente, e não caberia aqui discutir a culpa, se o Estado prioriza ou não. De qualquer forma, quando se pensou nisso, era justamente para que não ficassem uma das pernas desse processo manca e não tivéssemos como realizar aquilo que nos propúnhamos aqui. Feito isso, nesse longo tempo, vimos lutando muito, por exemplo - como acabou de dizer o Secretário Há pouco -, em fazer o COFEHIDRO incluir as ONG's, isso foi uma conquista! Passamos três anos nessa discussão, fizemos o enfrentamento contra o Governo do Estado apoiando o projeto do MDV e perdemos, é lógico, mas tivemos a coragem de manter até aquele momento para que fosse aprovado. Em função daquilo, de toda a pressão que fizemos, o COFEHIDRO acabou recebendo isso e as ONG's provavelmente também vão ser contempladas. Da mesma forma, como colocamos que a educação ambiental deveria entrar em todos "PDC's", era uma questão aqui do comitê do Alto Tietê e conseguimos mais essa conquista, e várias outras que foram feitas. Eu até perdi na época - protestei muito por causa disso, inclusive - na questão de que gostaria que o dinheiro do COFEHIDRO fosse da mesma forma como se tem hoje um setor lá separado e é feito com o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e até melhor, como o "PDA", que hoje, talvez, seja a melhor forma de distribuição de recursos para ONG's que existe no Brasil. Porém, acabamos perdendo porque existe um outro critério que foi aprovado pelo conjunto do comitê. Dessa forma, eu acho que neste momento, em relação a esses recursos aí disponíveis, quem perdeu tempo, colocou seu "staff", tirando do seus projetos para desenvolver um outro projeto, buscar uma excelência, colocar ali o que se pretende dentro dos objetivos, dentro daquilo em que a sua instituição foi feita e a forma legal de se viabilizar - porque isto é uma forma legal -, eu prefiro, por exemplo, hoje, ter um recurso no FEHIDRO do que buscar um dinheiro que é obrigação do Projeto Tietê, em educação ambiental, que ainda é colocado de uma forma aonde as pessoas não sabem acessar. Além do mais, este aqui é um processo mais democrático, aonde qualquer um pode trazer um projeto aqui para apreciação. Portanto, neste momento, dizermos em aprender a dividir, sabe... porque, como diz a Neusa, estamos falando de um dinheiro virtual, ninguém conseguiu acessar esse dinheiro ainda! Eu lembro a "RISPA", em Embu, enfim, é um absurdo o que estamos perdendo de tempo! Isso, sim, caberia apenar o Estado em não estar repassando esses recursos. Estamos aí com esse negócio acumulando, não sei nem de que forma esse dinheiro está sendo corrigido, mas é um problema sério! Portanto, temos que fazer esses projetos andarem, porque esses projetos - tenho avaliados alguns deles -, mesmo concordando ou não concordando muito com o seu objeto, são coisas que vão contribuir e vão dar uma dinâmica maior para a nossa gestão de recursos Hídricos na Bacia do Alto Tietê. então, gostaria de colocar isso porque se errarmos neste aqui, vai ser muito menos do que foi dado para

empreiteiras Há alguns anos atrás, e tenho certeza de que tudo isso é passível de medir, pode ser aditado em qualquer momento e a gente temos que fazer isso, pois o papel do comitê, o papel do FEHIDRO, o papel do COFEHIDRO é esse, então temos que estar fazendo isso! Garantias, temos de sobra! Precisamos ter isso efetivado, funcionando, trabalhando, e nesse estar discutindo isso, vale a pena, depois, estarmos buscando, realmente, que tudo isso aqui se transforme em benefício para a Bacia. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Quero fazer um esclarecimento que reputo relevante, em relação a isto que estamos discutindo: acho que a preocupação é que acabemos apresentando e aprovando projetos nesta reunião que, depois, não tenham utilidade para a sociedade. Para dirimir essa dúvida, o fato de priorizarmos aqueles projetos não significa que amanhã eles vão assinar o contrato e receber os recursos! Significa simplesmente que aquele projeto tem prioridade e tem um recurso reservado para ele. O que pedimos aos proponentes para que pudéssemos fazer essa avaliação foi apenas uma folha com 6 linhas - como já se foi dito aqui - para descrever o projeto, quer dizer, não foi o projeto detalhado. Portanto, se deliberarmos isso hoje, aqueles proponentes que forem contemplados deverão, aí sim, apresentar o projeto detalhado, que irá ao órgão técnico - que é o D.A.E.E. ou a CETESB -, e o órgão técnico, então, vai se pronunciar sobre o interesse daquele projeto, e só a partir desse momento - por exemplo, no caso, dos projetos de organizações não-governamentais -, depois de obter a aprovação do órgão técnico, é que o contrato seria assinado. O que estamos fazendo aqui é simplesmente uma priorização, dizendo assim: "aquela entidade pode receber um determinado volume de recursos para uma determinada finalidade". Porém, a entidade terá que apresentar um projeto detalhado de como ela pretende fazer isso, e aí nesse momento teremos ocasião de avaliar se o projeto é, realmente, significativo. não é um aval dado de qualquer jeito, não estamos aqui nesta mesa hoje distribuindo dinheiro; estamos distribuindo prioridades! O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Sr. Secretário, com todo respeito ao encaminhamento que o Dr. Antonio Pinheiro Pedro levantou, que realmente é muito pertinente no sentido de que vem a contribuir para o aperfeiçoamento dos critérios de enquadramento dos projetos. não obstante isso, o Dr. Antonio Fernando Pinheiro Pedro fez um encaminhamento também na instalação deste comitê no sentido de que se fosse criada uma câmara técnica para aperfeiçoar também o estatuto do comitê, e se não me falha a memória, esse encaminhamento, Sr. Secretário, acabou caindo no esquecimento, porque, efetivamente, essa câmara técnica de adequação e de melhoria do nosso estatuto não foi instalada até agora, e acredito que seria até o momento oportuno, aproveitando mais está intervenção da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP no sentido de que nós, efetivamente, não só enfrentemos a dificuldade de melhorar o nosso estatuto, o nosso regimento interno, mas também essa mesma câmara técnica se imbuir da responsabilidade de aperfeiçoar, com base nas questões que foram levantadas hoje aqui, os critérios de enquadramento, mas aí acredito para o ano que vem, porque conforme pontuou o Mantovanni e os demais colegas que me antecederam, de fato, esse comitê já vem num esforço de três anos buscando talhar de uma maneira democrática esses critérios, de sorte que ainda não foi possível atingir a excelência, mas é o caminho que estamos tentando buscar, com certeza, da maneira - pelo que tenho presenciado durante todo esse tempo - mais transparente possível. Portanto, encaminho também no sentido de que seja, efetivamente, colocado em

votação hoje esses projetos e que não adiemos mais, porque a próxima maratona agora é relativa ao detalhamento de projetos, é tentar fazer com que o FEHIDRO agilize a liberação desses recursos, porque os recursos - como bem lembrou a colega Neuza Marcondes - estão aí travados já Há quase dois anos, ainda da primeira leva de projetos que nós aprovamos, e os problemas aos quais esse projetos visam atender se avolumam, a ponto de que muitos desses projetos acabam caducando enquanto metas, porque os problemas acabam ganhando outras dimensões. então é necessário, efetivamente, ter mais agilidade. Gostaria de saudar e parabenizar o esforço do grupo de trabalho em ter conseguido esse avanço de enquadrar as ONG's, sempre lembrando que a questão do enquadramento das ONG's é uma questão também de constitucionalidade e de equidade, porque se a Lei 7663 estipulou que este comitê é paritário, ela invocou o princípio da equidade, da igualdade, ou seja, se ela invocou o princípio da igualdade de direitos e responsabilidades dentro deste comitê - e aí também invoco um outro princípio que também integra este comitê, que é o princípio da co-responsabilidade -, se as ONG's estão aqui como co-responsáveis em deliberar, em acompanhar, em participar da execução, por que não também serem proponentes? Existe aí, portanto, uma questão constitucional que é necessário que se considere, que é a questão da igualdade aliada à questão da paridade dentro deste comitê. Daí decorre que, efetivamente, é uma questão constitucional e acredito que nem seria necessária a adequação do decreto, pois é uma questão de interpretação, e no caso houve um caso de interpretação restritiva - infeliz, até -, mas que, efetivamente, parece-me que está caminhando para ser superada, e espero, Sr. Secretário, que agora nessa "peneira fina" que é o efetivo enquadramento na análise da documentação das ONG's, não apareçam aí outros impeditivos que, na realidade, sirvam para afastar de vez as ONG's desse processo de co-responsabilização da gestão dos recursos Hídricos. O SR. DIRCEU D'ALKIMIN TELLES (ABID) - Sr. Secretário, em nome da ABID, entendo a preocupação da OAB quanto à distribuição de prioridades, mas acredito também que os critérios já foram estabelecidos em reuniões anteriores. Dessa forma, estarei me posicionando ao lado da Neuza, do Bonfliglio, do Darcy, do Mantovanni, no sentido de que seja decidida hoje essa questão da distribuição de recursos para os projetos prioritários dentro das regras que já foram Há muito acertadas. Quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar o pessoal da Comissão que conseguiu, nesse prazo muito curto que lhes foi dado, examinar 31 projetos, adequando-os e priorizando-os. O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO - Sr. Secretário, é bom que se coloque aqui que as intervenções que fizemos, com a ajuda da metodologia de análise do Dr. Zucullo, se divide em duas partes: temos o problema de propormos uma alteração nesse critério e, obviamente, essas alterações valerão daqui para adiante, pois não podemos ferir também o que já está feito. Nesse aspecto, eu concordo com os colegas que me antecederam. Mas com referência ao que está feito também, darmos um pouquinho mais de tempo - não estamos discutindo a alteração desse critério - para avaliar se esses critérios hoje existentes foram bem adotados, sem qualquer mácula ao trabalho efetuado pela Comissão; longe de mim colocar qualquer pecha ao trabalho desenvolvido e quero deixar isso registrado e bem claro aqui para o Gerôncio. Objetivamente falando, Há alguns critérios que no nosso entender não ficaram bem esclarecidos para a eleição desses projetos, critérios atuais, e é essa explicação que foi levantada. Portanto, o que pedimos é apenas uma cautela, no sentido de termos mais um reunião, onde podemos

ter essas explicações postas e registradas para uma melhor análise e podermos decidir com mais tranqüilidade e mais amadurecimento numa próxima reunião. Num segundo momento, estamos propondo a criação de uma comissão para discutirmos os critérios, que valeriam, obviamente, para os projetos futuros; acho que até nesse caso parece-me que Há um certo consenso, ou seja, Há possibilidade de fazermos isso. Aliás, é sempre bom que estejamos nos atulizando em cima desses critérios com os quais trabalhamos, e vem nesse bolo a questão da mudança estatutária, sobre a qual já havíamos conversado Há muito tempo e acho que seria oportuno a iniciarmos também. Portanto, está bem dividido, são duas questões postas para a Mesa. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Primeiramente, com relação ao que foi colocado a respeito da comissão para estudar a mudança do estatuto, nós criamos uma comissão, convocamos as pessoas para uma primeira reunião e, infelizmente, não teve quorum nessa primeira reunião, e estamos agora retomando o assunto. Com relação à questão que está sendo colocada pela OAB, eu prestei bastante atenção na exposição que foi feita pelo Engenheiro Zucullo e tenho a impressão de que nós podemos, nesta reunião, superar todas as questões que foram colocadas. Quer dizer que se tivermos um pouco de paciência e objetividade, acho que tudo aquilo que o Engenheiro Zucullo colocou nós podemos superar hoje mesmo. Vejam bem: não precisamos aprovar as propostas da maneira como foram apresentadas, porque uma proposta é um "proposta", certo? Podemos deliberar diferentemente do que foi apresentado. Portanto, se levarmos em conta aquilo que foi apresentado e o que foi dito aqui, achamos que é perfeitamente possível aprimorar a proposta no sentido de atender as questões levantadas na análise que aqui foi feita. Se pudéssemos ir avançando ponto a ponto, acho que teríamos condições de dirimir as questões levantadas, porque o que o Engenheiro Zucullo colocou, basicamente, foi o seguinte: primeiro, com relação ao enquadramento em critérios de "recursos da bacia como um todo" ou "sub-bacia", e concordo que existem alguns projetos ali que estão no "limbo" no que se refere a entendermos se são regionais ou gerais. Porém, se fizermos isso, vamos estar agravando o problema das sub-regiões; aliás, o próprio Engenheiro Zucullo reconhece que iríamos agravar os problemas das sub-regiões. então embora eu reconheça que o Engenheiro Zucullo tem razão, que existem alguns projetos os quais poderíamos colocar em dúvida o seu enquadramento, mas pensando ao inverso, ou seja, Há algum tipo de interpretação que permite colocar os projetos como de interesse geral, como já falamos aqui da questão da "apa" do Rio Tietê; não interessa só à sub-bacia de Cabeceiras, o controle de cheias do Rio Tietê interessa e afeta a Bacia como um todo, porque até o habitante que mora no ABC transita pela Marginal do Pinheiros, quer dizer, o fato de interessar à bacia não significa que interessa geograficamente apenas, interessa para as pessoas que habitam na bacia como um todo. A questão da irrigação, igualmente, também interessa, porque a questão da água é crítica, então qualquer água que se consuma em qualquer ponto da Bacia interessa para todos os cidadãos da Bacia, e não só para quem mora naquela sub-bacia. Portanto, se tivéssemos um pouco de flexibilidade para que pudéssemos entender que poderíamos deixar do jeito que está a classificação para não agravar mais a questão das sub-bacias, porque se jogarmos uma parte desses projetos lá - são 11 projetos no total -, seriam só 5 de interesse geral, não iríamos conseguir nem consumir os recursos disponíveis, e vamos agravar o problema nas sub-bacias. Outra questão foi o critério para a redução do valor, e temos nesse aspecto duas

possibilidades: temos aqui presentes quase que a totalidade das entidades que propuseram, então ou a entidade concorda com a redução ou se não, podemos rever os números que foram apresentados. Por exemplo, houve uma manifestação da Secretaria do Meio Ambiente no sentido de que concorda com a redução que foi feita; outra proposta - não lembro agora o nome da entidade - numa sub-Região do Pirajussara não concorda, então vamos rever o caso de Pirajussara, vamos rediscutir aqui neste plenário, agora, e resolvermos esse problema. A questão dos pontos, de "1" a "3", nós podíamos ter feito de "0" a "2", quer dizer, daria no mesmo; como não é uma coisa tão precisa, o critério ali foi "aquele item não está contemplado", "está mais ou menos contemplado" e "está totalmente contemplado". Ou seja, você tinha três hipóteses, a coluna da direita, da esquerda e a do meio, então pode ser "1, 2 e 3" a nota como poderia ser "0, 1 e 2", porém não vai mudar o final da conta, pois só tínhamos três números possíveis; podíamos também fazer "0, 0,5 e 1", ou poderíamos fazer "2, 4 e 6" a pontuação também, não muda! Portanto, acho que se formos avançando ponto a ponto vamos conseguir resolver o problema hoje, e consulto os srs. conselheiros se podemos fazer essa tentativa. O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO - Veja bem, Sr. Secretário, não quero ser a voz discordante aqui. Se Há possibilidade de fazermos essa discussão ampla hoje, se o plenário, pelo que estou vendo, se julga maduro para tanto, tudo bem, mas pelo que eu vi, pelo que percebi, creio que não tem ninguém que nos acompanha na ponderação e na proposta que fizemos, ou mais alguém aqui nos acompanharia? O SR. UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - Sr. Secretário, entendo, ao que me parece pela colocação geral, que essa discussão já foi vencida no que diz respeito aos critérios, mas também entendo que esses critérios talvez não sejam mais interessantes, ou sejam passíveis de uma melhora e de um aprimoramento constante. O que vejo, inclusive, na fala do Sr. Secretário, é que existe um problema de base de dados até na Bacia, certo? Um dos critérios que poderia ser muito bem utilizado, tendo em vista os parcos recursos disponíveis, seria o levantamento e a consolidação de informações da própria Bacia para que o comitê possa fazer a gestão e os trabalhos em cima das prioridades da Bacia de uma melhor forma. Porém, entendo também que essa etapa está vencida, Há uma dificuldade, inclusive, de se conseguir esses recursos, Há um problema de "timing" das entidades, dos órgãos do Governo e municípios em detalhar esses projetos, acho que isso ficou muito claro aqui pelas manifestações que ocorreram, as dificuldades que cada segmento tem, e assim por diante. Portanto, acho que podemos encaminhar uma possibilidade de estar discutindo esses critérios a partir de agora com mais antecedência, para uma próxima rodada de priorização, mas efetivamente, hoje, estarmos aprovando isso à luz de um critério que foi discutido e definido Há algum tempo que, embora não seja o ideal, é um primeiro "start" aí para estarmos dando andamento ao nosso trabalho e aprovarmos isso daí ainda hoje. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Queria apenas acrescentar mais uma coisinha nisso tudo aí: tivemos nesta semana uma reunião com os Secretários executivos de todos os comitês de bacia do Estado, dos 20 comitês das 22 Bacias, e foi unânime a colocação que um dos fatos que motiva os comitês de bacia na gestão dos recursos Hídricos é o fato de dispor de recursos, que ainda são escassos, mas o fato é que dispõe de recursos. só que a aplicação dos recursos tem sido extremamente decepcionantes! não tenho o valor exato, mas de 1994 até aqui tivemos, aproximadamente, 50 milhões de recursos do FEHIDRO nos anos de 94, 95, 96 e 97,

e desses 50 milhões - que estão depositados e disponíveis no BANESPA - não conseguimos desembolsar ainda nem 10% do valor! Dos projetos de 94, por exemplo, que foram os primeiros, a maior parte do valor desses projetos - mais de 50% - não conseguimos sequer assinar o contrato até agora! Portanto, Há um sentimento geral que se a gente não conseguir colocar esses projetos para andar, assinar os contratos, começar a fazer os desembolsos e começar a fazer as coisas acontecerem, vai causar um desestímulo em todos os comitês de bacia e vai causar um desestímulo até no próprio sistema de gestão de recursos Hídricos. Dessa forma, temos a responsabilidade de fazer essa coisa andar! Eu disse aqui no início já, não considero que a forma - que é perfeita -, quer dizer, devíamos ter um plano de bacias muito mais detalhado, devíamos ter, talvez, discutido mais profundamente os critérios, previamente, mas não fizemos isso; então, parece-me que daqui para a frente temos que agora garantir que esses recursos vão ser bem aplicados, e a forma de garantir isso são os órgãos técnicos - CETESB e D.A.E.E - terem muito cuidado na análise dos projetos quando eles forem apresentados, porque eles ainda não foram apresentados. O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO - Sr. Secretário, então eu retiro a proposta do adiamento dessa discussão e definição, e vamos discutir isso hoje mesmo, mas eu sugeriria à Mesa que nós pudéssemos encaminhar no sentido de que os projetos fossem discutidos ponto a ponto, pois pode ser que alguém sustente uma inclusão, ou mesmo queira sustentar uma exclusão. E queria também deixar registrado e proposto que pudéssemos encaminhar essas alterações, sim, mas para o futuro. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Pois bem, é isso que passaremos a fazer agora. Antes, o Samuel já havia pedido a palavra para se manifestar. O SR. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE JUQUITIBA - Estou representando a Prefeitura de Juquitiba, e o nosso projeto foi cortado pela metade, mas o fato de ter sido uma diminuição nesses recursos isso não evita que possamos o colocar imediatamente em ação, principalmente se houver uma disponibilização de informações pela FUNDUSP ou pela EMPLASA na parte que diz respeito às informações digitais, que é o nosso propósito, ou seja: primeiro, levantar informações a respeito da nossa bacia - conseguimos uma cortesia, uma foto de satélite do "INPE" -, mas precisaríamos de alguma coisa a mais, precisaríamos de "CD Room", de mais imagens, mais fotos, justamente para fazer o levantamento, o diagnóstico e até propor um projeto melhor orçado e melhor tratado, por aproximações sucessivas e para se chegar num anteprojeto, etc. Agora, se houver uma liberação de recursos o mais rápido o possível, acho que seria muito interessante, principalmente para os municípios que estão sentindo na pele os seus problemas e preocupados com a questão do final do ano chegando aí, o problema das enchentes - como é o nosso caso -, e Portanto, esse "start" - como foi colocado aqui - vai dar um ânimo diferente, porque seria muito preocupante voltar ao município e dizer que houve uma prorrogação em função de divergências quanto a pontuação, por causa disso ou daquilo, entende? Vejam bem: embora legítimas e justas essas questões aqui levantadas nesse sentido - sempre Há como aperfeiçoar -, mas o fato de se conseguir liberar rapidamente esses recursos seria de extrema importância para todos os envolvidos. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Muito bem, a OAB retirou a proposta que havia feito e apenas vamos ouvir mais o Samuel, da S.O.S. Mata Atlântica, que já havia pedido a palavra, para depois começarmos a analisar ponto a ponto os projetos, como ficou acertado. O SR. SAMUEL (S.O.S.

Mata Atlântica) - Sr. Secretário, estamos aqui com a lista dos projetos que foram apresentados, e acho que antes não tínhamos condições de saber quais eram os projetos que as instituições iriam apresentar, mas agora, por exemplo, no caso de educação ambiental são vários os projetos, então acho que é justo esse corte no valor justamente para poder contemplar a todos. Creio que o que temos que garantir aqui é que esses recursos sejam, efetivamente, liberados. E outra coisa que propôs o colega da SABESP e da ABES, é que todos possam estar conversando, porque do contrário, vão haver esforços duplicados, uma vez que existem projetos mais ou menos seguindo na mesma linha. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Vamos analisar os projetos agora. * (Liga-se o retroprojetor, sendo que o Sr. Secretário dirige-se até a tela aonde as transparências vão sendo mostradas e vai explicando e analisando os itens nelas constantes) * Bom, esse é o primeiro quadro, o conjunto de projetos que foram apresentados e que a Comissão entendeu que seriam os de linhas gerais; depois, para cada sub-Região, temos os específicos. Acho que a primeira coisa que poderíamos passar a examinar seria o seguinte: se concordamos que esses projetos sejam os "gerais", e depois passaríamos a deliberar a respeito dos valores. Porém, primeiramente, vamos decidir se são esses mesmos os considerados "gerais" para a Bacia, porque o primeiro corte seria nesse sentido, ou seja, se o projeto é geral ou regional, e com aquela observação que se a gente retirar algum projeto daqui e jogar para as sub-regiões, vamos agravar o problema delas. Alguém gostaria de fazer alguma colocação a respeito disso ou podemos deliberar? (Pausa). Como ninguém tem manifestação a fazer, coloco em votação se estamos de acordo com esse enquadramento: os que forem favoráveis a esse enquadramento permaneçam como estão, os que forem contrários levantem o braço? (Pausa) Portanto, Há a concordância da grande maioria com esse enquadramento, com duas abstenções: da OAB e da Prefeitura do município de São Paulo. Passando para a etapa seguinte, alguns desses projetos tiveram o valor reduzido, e não sei se todos os proponentes de projetos que tiveram o seu valor reduzido estão aqui, mas poderíamos fazer uma consulta com aqueles que estão aqui e tiveram o seu valor reduzido, se concordam com a redução que foi feita. A SRA. NEUZA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Sr. Secretário, já coloquei aqui anteriormente que concordo com a redução do valor relativo ao nosso projeto apresentado. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, a Secretaria do Meio Ambiente concordou com a redução; não sei quais foram os outros que foram reduzidos também; a Secretaria da Saúde também teve o seu valor reduzido, e não sei se tem aqui algum representante da Secretaria da Saúde presente para se manifestar a respeito. Se tiver, por favor, que se manifeste. O SR. REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS PESCADORES - Sr. Secretário, nós também tivemos o nosso valor reduzido e concordamos com essa redução. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, quero fazer uma proposta: existem projetos a fundo perdido e projetos que não são a fundo perdido, e aqui também tem uma decisão de que se houver, ao que me parece, uma sobra, ela seria colocada em projetos a fundo perdido, ou algo nesse sentido. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Isso vai acontecer na continuação, Darcy, porque uma vez estabelecido isso aqui que estamos deliberando, vamos ver posteriormente como é que vamos distribuir os recursos a fundo perdido. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, minha proposta é clara: os projetos de educação, tipicamente de educação ambiental, que fossem a fundo

perdido. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, tudo bem, mas vamos deliberar isso na seqüência. Primeiro, vamos ver se os proponentes desse grupo aqui, que tiveram os seus valores reduzidos, se concordam com isso. Portanto, repito: tem alguém da Secretaria da Saúde presente e que possa se posicionar a esse respeito com relação ao projeto apresentado por aquela Secretaria? * (NOTA DO TAQUÍGRAFO: Parece que não se encontra na reunião nenhum representante da Secretaria da Saúde, pelo menos não se manifestou objetivamente em relação à indagação do Sr. Secretário Hugo Marques).* A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Eu não sou da Secretaria da Saúde, certo... (risos).. Sou representante da "Água e Vida", e o nosso projeto também foi reduzido, e a gente concorda, tudo bem, mas vamos ter que ir atrás da diferença, né? (risos). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, então eu perguntaria se Há alguma manifestação discordante com relação às reduções que foram feitas? O SR. UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - Sr. Secretário, eu acho o seguinte: obviamente que a discordância de quem teve seu projeto reduzido é quase que completa, pois, a princípio, ele tinha um valor de recursos a ser utilizado no projeto e isto foi reduzido! O problema é saber se essa redução de recursos compromete o projeto ou não, né? Porque, evidentemente, alguns projetos podem ficar comprometidos em sua execução. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - , existe uma diferença entre "concordar" e "consentir", eu fiz a pergunta de maneira errada... (risos) Portanto, a refaço nos seguintes termos: se as entidades proponentes que tiveram os seus valores reduzidos "consentem" com essa redução. Vejam bem uma coisa: se não reduzíssemos os valores, não poderíamos aprovar todos os projetos, e aí teríamos que deliberar pela exclusão de alguns projetos, e esta foi a maneira que encontramos para poder contemplar todos os projetos sem precisar excluir nenhum. claro que todos os proponentes prefeririam que os recursos viessem de maneira integral, mas isso não sendo possível... não temos transparência aqui, mas no material que foi distribuído os senhores irão verificar isso aí. SR. RENATO ZUCULLO - Bom, Sr. Secretário, numa tentativa desesperadora ainda... (risos) Com relação à educação ambiental, houve uma proposta aí extremamente interessante; "educação" é a coisa mais abrangente que existe, e está escrito aqui "pedidos a fundo perdido, 40% do total da verba", quer dizer, se for aprovado que os projetos com educação ambiental recebam 40% da verba, é uma beleza! está tudo dentro disso aqui. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - nós vamos tentar resolver isso na seqüência. O SR. RENATO ZUCULLO - Mas é no total isso daí, quer dizer, se for ver cada um, no fundo, esvazia isso aqui! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Olha, com relação aos recursos a fundo perdido, temos a seguinte questão: primeiro, o Governo do Estado não pode tomar recursos financiados, ou é a fundo perdido ou não pode tomar recursos! As ONG's ou tomam recursos a fundo perdido ou as ONG's não terão condições de contrair empréstimos, provavelmente, com relação aos projetos dos municípios, estes não vão concordar que o Estado fique com recursos a fundo perdido e as ONG's também, e eles, municípios, não! então, vamos ter que deliberar na seqüência para analisar todas essas questões relativas aos recursos a fundo perdido. Vamos primeiro deliberar a respeito dos valores; temos uma proposta em relação à forma de distribuição dos recursos a fundo perdido, mas vamos tentar discuti-la num segundo momento, porque se formos colocar agora a discussão da distribuição dos recursos a fundo perdido,

creio que não vamos conseguir resolver o restante. Portanto, submeto à aprovação do comitê esse conjunto de projetos com os valores que estão aí estabelecidos. Os que forem favoráveis à aprovação desse conjunto de projetos, permaneçam como se encontram; quem for contrário levante o braço. (Pausa) Aprovado, portanto, sem nenhuma abstenção neste caso. Temos então esse conjunto de projetos aprovado. Vamos ver agora os projetos regionais por sub-bacia; tem algumas sub-bacias em que está mais fácil de fazer a distribuição, e tem outras sub-bacias em que isso está mais complicado. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Apenas para um esclarecimento, Sr. Secretário: o valor total, isso que teríamos acabado de aprovar, é o valor proposto ou o reduzido? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O valor reduzido, porque com a redução dá para atender a todos os projetos. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Certo... então não é aquela tabela que ele apresentou lá. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Volta a tabela na tela, por favor. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - A tabela que você apresentou lá é a original, não é, Gerôncio? (Há algumas discussões paralelas entre os participantes a respeito da questão levantada neste instante). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Esses valores que estão aqui já são os valores arbitrados. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Ah! Tá certo. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - "Água e Vida" tem 38 mil, e não sei quanto a entidade tinha solicitado a princípio. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - então, aí é que está! Foi pedido isso mesmo, 38 mil! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então foi aprovado aquilo que foi pedido, tudo bem! A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Porque aqui tinha uma proposta de redução, não é isso? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Ah! não... Essa proposta não é de redução, isso é "fundo perdido", isso é outra coisa. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Pô! Pensei... vou ter que pagar para trabalhar! (risos) O SR. GERÔNCIO ALBUQUERQUE - "Téia", o recurso disponível é esse aqui, é metade do recurso total do valor arbitrado para cada um. Esse é o recurso! A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Tudo bem, agora eu entendi. O SR. GERÔNCIO ALBUQUERQUE - Esses são os projetos da outra categoria, por sub-Região ou município, e também somam 1 milhão e 293 mil, a metade dos recursos. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - que não temos, infelizmente, transparência por sub-Região. O SR. GERÔNCIO ALBUQUERQUE - Talvez seja melhor de visualizar esse outro quadro aqui; também é a mesma categoria, por sub-Região e por município. Os valores arbitrados lá, total. "A,B,C" é sub-Região; se alguém tem dúvida de uma sub- Região. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Infelizmente, não tem uma transparência para cada sub-Região, mas "nessa transparência aqui" dá para fazer a separação. então os primeiros três projetos - que estão aqui com a letra "A" - é Tietê-Cabeceiras, então é um projeto da Prefeitura de Biritiba-Mirim, um projeto da Prefeitura de Salesópolis e um projeto da Prefeitura de Guarulhos. Por favor, Gerôncio, vamos pegar aquela outra tabelinha para vermos os valores que foram solicitados. então, vamos ver os valores que foram solicitados para a gente ver qual foi a redução que foi feita nesse caso: Biritiba-Mirim havia solicitado 200 mil reais, e a proposta de redução é para 163 mil e 600 reais; Salesópolis havia solicitado 35 mil

e a proposta é que não haja redução; Guarulhos havia solicitado 60 mil reais e também não Há redução. então, no caso do Tietê-Cabeceiras, são só três projetos, nos dois projetos menores não foi proposta redução nenhuma - que seriam Salesópolis 35 mil e Guarulhos 60 mil -, e o de Biritiba, que foi o projeto maior, foi sugerida uma redução de 200 mil para 163 mil, para poder ficar dentro dos 258 mil e 600 reais, lembrando que cada Região tem direito a 258 mil e 600 reais. Portanto, com essa redução em Biritiba-Mirim, dá para resolver os três projetos. Aliás, o Prefeito está aqui e pergunto a ele se está de acordo com essa redução para que possamos atender aos três projetos. (Pausa) Como o Prefeito manifestou-se de acordo, estando o proponente de acordo, creio que podemos aprovar essa aplicação. Submeto à aprovação, portanto, o Tietê-Cabeceiras - está com a letra "A" aí -, em havendo a concordância do único proponente que teve o valor do seu projeto reduzido. Os Srs. Conselheiros que forem favoráveis à proposta queiram permanecer como se encontram; os contrários levantem o braço. (Pausa) APROVADO. Dando prosseguimento, o "B" aqui é Juqueri-Cantareira, que também tem três projetos, e aqui cabe um esclarecimento com relação à questão que havia sido colocada pelo Sr. Bonfliglio; na realidade, aqui nós entendemos que a proposta era do Conselho Comunitário em conjunto com a Prefeitura, uma parceria com a Prefeitura, e que o tomador seria a Prefeitura, certo? O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Conversando com o Prefeito de Franco da Rocha, Sr. Secretário, e até procurando dar uma contribuição para facilitar as coisas, pois se fôssemos pensar em remanejar esses recursos e com muito esforço conseguisse chegar aqui numa certa distribuição criteriosa, nós não teríamos tempo e nem fôlego para esgotar isso hoje! então, conversei com o Prefeito de Franco da Rocha e parece-me que Há interesse da Prefeitura em desenvolver esse projeto de educação ambiental em parceria, e aí a Prefeitura entraria como tomadora do valor correspondente aí, em caso de financiamento, se não puder entrar também como fundo perdido. O ideal é que entre como fundo perdido, pois trata-se de um projeto totalmente de educação ambiental. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas o tomador seria o município ou o Conselho Comunitário? O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Os dois, em parceria. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas tem que ter um tomador, ou seja, quem é que vai assinar o contrato? O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Pode ser o município. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então nós temos dois projetos do município de Franco da Rocha e um projeto do município de Mairiporã. Houve redução, no caso; então, eu consulto o Prefeito de Franco da Rocha se está de acordo com a redução que foi proposta, e aqui cabe só um esclarecimento: Franco da Rocha tinha feito duas propostas, uma de 180 mil e outra de 80 mil, e se não houvesse redução, não daria nem para atender Franco da Rocha sozinha, porque aí os dois já dariam 260 mil e seriam mais do que os 258 mil que temos disponíveis para aquela Região e, portanto, teríamos que, forçosamente, fazer uma redução. O Prefeito concorda com a redução pela manifestação que vejo agora ele fazendo, e no caso de Mairiporã, é 60 mil mesmo o valor e não houve proposta de redução. Em havendo concordância do proponente, consulto agora os membros do comitê se estão de acordo com a fórmula que foi proposta para a sub-Região de Juqueri-Cantareira. Os Srs. Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como se

encontram; os que forem contrários levantem o braço. (Pausa) APROVADO. Agora a terceira sub-bacia, Cotia-Guarapiranga, aqui nós tivemos vários projetos. então, o primeiro projeto, a Prefeitura de Itapecerica seria o tomador em parceria com a ABES, no valor de 30 mil reais, e não houve redução. O segundo projeto, da "ACIMA" - que é uma ONG -, valor proposto foi de 36.046, e não houve redução. O terceiro projeto, "são Paulo - Secretaria do Verde", a Prefeitura de são Paulo e a Secretaria do Verde propôs no valor de 252 mil reais, e tem uma proposta de 46 mil que é um projeto de educação ambiental na mesma linha dos demais projetos que foram apresentados. então, qual foi o critério aqui? O SR. GERÔNCIO ALBUQUERQUE - Uma redução para que se chegasse ao limite dos 258 mil com todos os projetos da sub- bacia. E além disso, como o projeto da Prefeitura era com intenção semelhante ao de outras ONG's, se procurou um valor assemelhado que, pelo menos, permitisse à Prefeitura começar o projeto. não se entrou no mérito se, realmente, ela vai gastar os 258 mil ou mais do que isso, supondo também que nos próximos anos se vai continuar solicitando recursos do FEHIDRO, porque educação ambiental não se faz em três meses, não é? (Manifestação fora do microfone, creio que de um representante ou da Prefeitura ou da Secretaria do Verde) - Mas esse já está Há dois anos lá! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - só um esclarecimento: a proposta da Prefeitura de são Paulo é de 252 mil, e para a sub-bacia toda nós temos 258 mil, e esse valor aí em torno de 40 mil, 50 mil ou 30 mil é mais ou menos o valor que os outros projetos de educação ambiental que foram apresentados tem. Portanto, o critério foi esse, e consulto a Prefeitura de são Paulo se está de acordo. Antes, o Virgílio quer fazer alguma colocação? O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV / ABC) - Quem é que vai executar: a Prefeitura ou alguma ONG? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - a Prefeitura mesmo; pelo menos estamos entendendo que é a Prefeitura conjuntamente com a Secretaria do Verde. O SR. RENATO ZUCOLLO - Sr. Secretário, deixa eu esclarecer isso: esse é um projeto piloto integrado, aonde temos um pessoal da ELETROPAULO trabalhando e também de várias Secretarias da Prefeitura, LIMPURB, etc., e é capitaneada pela Secretaria do Verde. Portanto, existe até um órgão até hoje estadual, que não está privatizada ainda, no caso, a ELETROPAULO. O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV - ABC) - Eu só espero que não seja um projeto para educar o povo a reverter o rio para dentro da Represa Billings! (risos) O SR. RENATO ZUCOLLO - Eu também espero que não! (risos) O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então, vamos seguir em frente: o Juquitiba, 36.500, e Juquitiba havia pedido 66.500, só que o valor que está sendo proposto aqui é de 36.500, sendo que o representante aqui presente de Juquitiba já havia se manifestado favoravelmente a essa redução. O projeto seguinte, são Lourenço da Serra, seria em parceria com a ONG "Salva Mata", 20.521 foi o pedido, e permaneceu. A Prefeitura de Cotia havia pedido 42 mil, e a Prefeitura de Embu-Guaçu 46.766... O SR. GERÔNCIO ALBUQUERQUE - Essa foi uma redução forte: a Prefeitura de Embu-Guaçu pediu 650 mil reais para um projeto muito abrangente de recuperação ambiental em todo o município, com vários módulos, e o principal do projeto dela somava esses 650 mil reais. Examinamos o relatório - porque eles mandaram um relatório detalhado - e vimos que tinham alguns módulos que podiam ser contemplados, como por exemplo, "proteção de Várzeas", que era um dos módulos. E como era para distribuir os recursos de modo a que se chegasse a um

valor total de 258 mil, arbitramos essa redução drástica para Embu-Guaçu, pois era impossível atender-se no valor de 650 mil reais, quando, aliás, o total disponível para a sub-Região é de 258 mil reais! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então, do ponto de vista matemático, resultou no seguinte: os projetos menores foram aprovados pelo valor integral, no caso de Juquitiba foi reduzido de 66 mil para 36 mil reais, e aí o recurso que sobrou foi dividido igualmente entre Cotia e a Prefeitura de são Paulo, porque vocês podem observar que o valor é igual, de 46.766,41, quer dizer, o saldo foi dividido entre os projetos maiores, igualmente. Consulto se tem aqui algum representante da Prefeitura de Cotia... Ah! Desculpem! Aonde falei "Cotia", entendam "Embu-Guaçu", perdoem-me a falha. (...) não Há nenhum representante presente daquele município, mas de qualquer maneira, 650 mil reais não havia condições de aprovar. Portanto, consulto os conselheiros presentes se estão de acordo com essa proposta; os que forem favoráveis permaneçam como se encontram; os contrários, levantem o braço. (Pausa) APROVADO. Vamos passar para a sub-bacia seguinte, que é a do Alto Tamanduateí-Billings. Temos Ribeirão Pires, que solicitou 100 mil reais, e o valor proposto foi de 80 mil. Tem algum representante presente de Ribeirão Pires? (...) Portanto, o representante de Ribeirão Pires manifesta-se neste instante favoravelmente à redução. Temos também Diadema, que solicitou 80 mil reais e está com 64 mil arbitrados; Há algum representante de Diadema presente? O SR. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - Sr. Secretário, o solicitado de nossa parte junto ao FEHIDRO foi de 64 mil mesmo; e queria deixar registrado que nós estamos aí nesse projeto em parceria com a "UNIBAN" e com o "SENAI", e não está constando aí, creio que foi uma falha de quem elaborou isso. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Ah! então, tudo bem; o valor solicitado foi de 64 mil e ele foi mantido, portanto não houve redução, está correto. O "Instituto Socio-Ambiental", teve arbitrados 76.600, havia pedido 95 mil reais... tem alguém aí presente? O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Sr. Secretário, eu também faço parte do "Instituto Socio-Ambiental", e concordo com a redução! (risos) sério, faço parte do Conselho da entidade! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Tudo bem. Temos também projeto do Sindicato dos Pescadores Profissionais - que já havia se manifestado anteriormente -, e tinham solicitado 47 mil, o valor proposto foi de 38 mil reais, e o manifestante do Sindicato já havia se manifestado favoravelmente à redução. No caso da Prefeitura de são Caetano do Sul, seu projeto não foi enquadrado; ela solicitou 1 milhão e meio e era uma obra de contenção de talude, e não foi enquadrado por tratar-se de um valor extremamente alto e não adianta pedir 1 milhão e meio para contenção de talude e nós liberarmos 30 ou 40 mil para isso. Tem alguém da Prefeitura de são Caetano aqui presente? Ninguém se manifesta). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Temos também Itapevi, 100 mil reais foi pedido e foi mantido esse valor. Em Santana do Parnaíba, foi pedido 158 mil. Manifestações no plenário). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Ah! verdade, desculpem-me a falha! então, em relação à sub-bacia Alto Tamanduateí-Billings, que acabamos de relatar, consulto os membros do comitê que são favoráveis para que permaneçam como se encontram; os contrários, levantem o braço. (Pausa) APROVADO. Seguindo adiante, na sub-bacia Pinheiros-Pirapora, temos dois projetos apenas: Itapevi solicitou 100 mil reais e foi contemplado com 100 mil mesmo, e Santana do Parnaíba solicitou 653 mil e foi proposto o saldo, ou seja,

158 mil reais; nesse caso de Santana do Parnaíba também foi solicitado muito mais do que seria possível. Alguma observação com relação a esse caso dessa sub-bacia? - (Ninguém se manifesta) * (NOTA DO TAQUÍGRAFO - O Sr. Secretário não colocou em votação no plenário o caso da sub-bacia Pinheiros-Pirapora, apenas indagando se havia alguma observação a ser feita, em relação à qual ninguém se manifestou, dando prosseguimento normalmente à reunião, como se segue na transcrição.) * O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, então esse foi o critério; infelizmente, não deu para se atender tudo aquilo que foi solicitado, mas com esse critério de divisão tentamos caminhar no sentido de atender o máximo possível daquilo que foi solicitado. Agora podemos ver como é que vamos tratar a questão dos recursos a fundo perdido. Fizemos agora aqui um agrupamento por segmento: separamos o segmento dos municípios, o segmento da sociedade civil e o segmento das entidades do Governo do Estado. No segmento "municípios", tivemos um valor proposto - o qual já aprovamos - de 1 milhão e 31 mil reais em projetos aprovados; no segmento de "organizações não-governamentais", tivemos 549 mil reais em projetos aprovados; e no segmento de entidades do Governo do Estado de são Paulo, um total de 894 mil reais em projetos aprovados. Temos um valor de 1 milhão e 34 mil reais - ou seja, 40% -, porque da nossa última reunião para cá o COFEHIDRO ampliou de 20% para 40% os recursos a fundo perdido. Portanto, temos 1 milhão e 34 mil reais a fundo perdido. Nesse caso, temos o problema de que o Estado não pode tomar recursos por empréstimo: ou é a fundo perdido, ou não toma! No caso das ONG's, se elas não receberem recursos a fundo perdido, elas também não vão ter condições de tomar empréstimos. E, provavelmente, os municípios não vão abrir mão de receber uma parte dos recursos a fundo perdido, principalmente porque temos aí municípios que estão propondo projetos e que são municípios que estão muito abaixo da renda média "per capita" do Estado. então, a primeira proposta que fazemos é que os recursos a fundo perdido sejam divididos igualmente entre os três segmentos, que cada segmento fique com 1/3 dos recursos a fundo perdido. Gostaria de ouvir os membros do comitê a respeito dessa proposta; está aberta a palavra a quem queira se manifestar. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Sr. Secretário, a pergunta que tenho a fazer é a seguinte: o senhor disse que o Estado não pode tomar dinheiro se não for a fundo perdido, se não implicaria num outro tipo de processo de financiamento. então, eu perguntaria o seguinte: se, por exemplo, as empresas estatais que tem recursos, que tem mobilidade nesse sentido, não entrassem nisso, os órgãos de Estado ficassem, excetuando-se as empresas estatais. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - , porque, por exemplo, nós temos aqui o D.A.E.E. - que não pode tomar empréstimo -, a Secretaria do Meio Ambiente também não, a Secretaria da Saúde também não; temos a EMPLASA - que eu não sei se pode... O SR. MÁRIO MANTOVANNI - ... A EMPLASA é uma empresa que cobra o serviço... - (A representante da EMPLASA se manifesta num rápido comentário, porém como o faz fora do microfone, o que dá para captar da sua manifestação é que a EMPLASA, atualmente, também não teria condições para isso). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Por exemplo, não tem SABESP aqui, pois se tivesse ela poderia tomar empréstimos e não recorrer aos recursos a fundo perdido. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Também não iria mudar muito esse quadro. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - A FUNDUSP também acredito que não poderia; o IPT também não tem condições de

tomar empréstimo, então não muda muito o quadro, realmente. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - só uma observação: no caso da EMPLASA, estamos com a base digitalizada e podemos passar para vocês depois, para facilitar. - (Novamente Há uma rápida manifestação da representante da EMPLASA, porém fora do microfone mais uma vez) - ... (inaudível)... ainda hoje estávamos apreciando a proposta feita (inaudível) ... da EMPLASA poder trabalhar assim dessa maneira ... (inaudível)... porque, fora disso, a EMPLASA, nos próximos 6 ou 7 anos, não tem condições de fazer isso! O SR. MÁRIO MANTOVANNI - então nós vamos estar dando uma mão também para vocês; como vamos estar fazendo um trabalho de monitoramento da Região Metropolitana, já temos as bases digitalizadas e podemos trabalhar juntos usando as mesmas bases. Estamos com as imagens de satélite relativas a 96 e 97. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, então estamos com uma proposta de dividirmos igualmente entre os três segmentos o valor dos recursos a fundo perdido. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Mas já não é assim que está dividido, Sr. Secretário? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não; essa é a proposta, é o que nós estamos propondo agora; e se essa proposta for aceita, aí nós passamos a ver como é que distribuímos isso entre os proponentes. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Sr. Secretário, só uma dúvida que eu queria entender um pouquinho mais: nós acabamos de aprovar os projetos... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... Sim; agora, quanto vai ser destinado a fundo perdido para cada projeto é o que estamos definindo. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Os valores aprovados mesmo não tem nada a ver com o que nós aprovamos... é isso? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Tem, sim! O que está aqui foi o que nós aprovamos. A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Sim, tudo bem, nós aprovamos, mas pelo que o senhor falou, as ONG's e o Estado não podem tomar recursos, a não ser a fundo perdido; e somando os dois aqui, já dá mais que os 1 milhão e alguma coisa aí destinados a fundo perdido... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... Sim, exatamente por isso estamos vendo como é que nós vamos fazer, entende? A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Implodiu razoavelmente, então, né?! (risos) O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, espera aí! Vamos ver a etapa seguinte da proposta para ver se entendemos melhor a questão: a etapa seguinte, no caso da ONG's, nós temos 549 mil reais em projetos aprovados, e se a gente dividir o recurso a fundo perdido igualmente, significa que as ONG's receberiam 344 mil, o que é, aproximadamente, 60% do valor dos projetos da ONG's. então, o que nós estamos considerando é o seguinte: não estamos imaginando que as ONG's vão tomar empréstimos, mas se uma ONG tiver projeto que já sai com 60% dos recursos a ele destinados a fundo perdido, ela pode buscar 40% de patrocínio, de patrocinadores. então, a ONG consegue viabilizar isso, compreende? A SRA. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "AGUA E VIDA" - Sim, tudo bem, mas nós já concordamos; o problema é o Estado! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então, a nossa proposta é no seguinte sentido: se aprovarmos essa proposta de dividir os recursos a fundo perdido em partes iguais, as ONG's resolveriam dessa forma, porque conversei com várias ONG's que me disseram que se tiverem 60% do projeto com recursos a fundo perdido o resto elas conseguem colocar de patrocínio. Portanto, aí estaria resolvido o

problema das ONG's. No caso do Estado, temos de reunir as entidades do Estado e ver o que a gente faz com os recursos; isso quer dizer que não estamos fazendo nenhuma proposta para o Estado. Se o Estado receber 344 mil reais, vamos ter que fazer uma reunião dos órgãos do Estado e ver o que vamos fazer com esse dinheiro, porque não vai dar para atender a todos. então, daqueles 894 mil do Estado, nós só vamos ter condições de atender 344 mil; então vai sobrar 500 mil que vamos devolver para aqueles projetos, inclusive, que tivemos que cortar! O SR. RENATO ZUCULLO - Isso é muito bom! (risos) A SRA. NEUZA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Dá na mesma, porque devolve para a ONG, por exemplo, e não vai aumentar os 344 mil a fundo perdido, o que vai diminuir é o percentual! A minha proposta é outra... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, não! A gente devolve para os municípios! Os municípios podem tomar empréstimos... A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) -... só aqueles que tiverem capacidade de endividamento! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, aí... não sei... A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - A minha proposta é outra; como nós temos recursos de 1994, 1995, 1996 e 1997, que esse valor - que ninguém conseguiu tomar até agora -, que essa relação a fundo perdido, fosse feita não em relação aos valores de 97, mas ao global, porque aí todo mundo tomaria tudo! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sei... entendi sua proposta. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Quer dizer, eu somo os recursos que, efetivamente, eu ainda tenho disponíveis relativos a 94, 95, 96 e 97... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... Sim, mas para isso nós temos uma outra deliberação aqui, uma terceira deliberação aonde a gente propõe isso, mas aí dependemos de autorização do COFEHIDRO para poder fazer isso. Portanto, não podemos fazer isto nesta reunião aqui, hoje. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Sim, tudo bem, mas pode-se encaminhar nesse sentido! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sem dúvida que sim! Vejam bem: o que estou colocando agora para discussão e votação é se vamos pegar os recursos a fundo perdido e dividir em três partes iguais para os três segmentos. Depois, como é que dividimos dentro dos segmentos. O SR. UBIRAJARA (Representante do município de Mairiporã) - No caso, o critério dessa proposta da divisão em partes iguais, na proporção, vejamos o seguinte: os municípios estão com 1 milhão e pouco, a ONG's com 500 mil e pouco, quer dizer, os valores propostos são diferenciados, e por que a divisão em partes iguais? Eu queria entender essa proposta. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - uma proposta mesmo, quer dizer, vamos dividir em partes iguais, ou também poderíamos dividir proporcionalmente ao valor de cada segmento, só que temos essa dificuldade de que as ONG's, por exemplo, se não tiverem recursos a fundo perdido, elas não fazem, ONG não pode tomar empréstimo. Os órgãos do Estado, pelo menos da administração direta, também não podem tomar empréstimo. Os municípios podem, então... O SR. UBIRAJARA (Representante do município de Mairiporã) - então, talvez não se justificaria mais fazer-se essa divisão proporcional? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - uma outra proposta que é colocada. Aqui o critério é livre, quer dizer, podemos fazer dez propostas diferentes e todas elas igualmente com justificativas plausíveis; nós fizemos uma levando em conta que o menor valor é o das ONG's, mas se elas não receberem recursos a fundo perdido, elas

não fazem seus projetos! Quer dizer, se eu dividir em partes iguais para todo mundo, nós inviabilizamos o segmento da sociedade civil. O SR. REPRESENTANTE DA ENTIDADE "SALVA MATA" - No caso do projeto de são Lourenço, ele é em parceria com a Prefeitura, quer dizer, é iniciativa do "Salva Mata", mas em parceria com a Prefeitura de são Lourenço... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - nós tínhamos entendido que era o mesmo caso de Franco da Rocha, ou seja, que o tomador seria a prefeitura, e não a entidade não-governamental. Mas aí é só mudar o enquadramento. Mais alguém gostaria de fazer alguma outra proposta? (...) Bom, então temos duas propostas na mesa; uma de se dividir igualmente e outra de se dividir proporcionalmente aos recursos de cada segmento. Portanto, vamos colocar essas duas propostas em votação, pois acredito que não exista nenhuma terceira proposta... Pode falar, Darcy. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Eu gostaria de colocar para análise a questão dos projetos de educação; são projetos que não se pagam financeiramente, não tem um retorno financeiro; não sei não, mas me parece que os outros também não tem retorno financeiro! Mas, enfim, na questão da educação - se não me engano, até o MÁRIO estava falando a respeito disso - parece que Há uma orientação do próprio comitê que educação é prioridade "zero", não é isso? então, serão que este não seria um critério interessante, ou seja, pegar projetos tipicamente de educação e colocá-los em fundo perdido, independentemente de serem de ONG's ou não? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Esta é uma terceira proposta, então. Como eu falei, vamos fazer dez propostas aqui, todas elas igualmente justificáveis! Temos que deliberar, então vamos ver como encaminhamos as três propostas... vamos fazer em dois turnos, vai! (risos) O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Sr. Secretário, eu queria defender a idéia do Darcy porque, realmente, a grande vaza dos recursos públicos estaduais e municipais, em função da questão, é principalmente, do combate às enchentes. A questão educacional, de educar de como usar o solo, de como ocupar, fomentar através da educação diretrizes de mudança das leis nos municípios, enfim, acho que é apontar uma diretriz preventiva muito interessante e que possibilita, a médio prazo, a correção desse problema grave. Eu acho que incentivar, então, a questão do desenvolvimento de projetos de educação ambiental, priorizar-se isso, acredito que seja fundamental e então sigo e sugiro esse encaminhamento feito pelo colega Darcy nesse sentido, ou seja, de que os recursos a fundo perdido sejam, prioritariamente, destinados aos projetos de educação ambiental. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - educação e capacitação também, entendendo-se que capacitação é um processo de educação. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então a proposta do Darcy é que, independentemente de segmento, os projetos de educação ambiental sejam a fundo perdido. aí o critério, no caso, seria a natureza do projeto e não a natureza do tomador. Creio que poderíamos colocar em votação da seguinte forma: na realidade, temos duas categorias de propostas, uma categoria de proposta que leva em conta a natureza do projeto e outra que leva em conta a natureza do tomador. Poderíamos, talvez, colocar em votação se vamos distribuir os recursos pela natureza do projeto ou se pela natureza do tomador, e depois, se for pela natureza do projeto, já está resolvido; agora, se for pela natureza do tomador, teremos que deliberar se é igual ou se é proporcional. - (Manifestação de um dos Srs. Conselheiros, que não se identifica) - Sr. Secretário, só queria lembrar que existe uma outra possibilidade, ou seja, você

poderia dividir 1/3, 1/3 e 1/3, e dentro de cada segmento ele resolve se quer dar 100% para os projetos de educação ambiental. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, tudo bem, se for esse o critério, aí dentro dos segmentos, tudo bem. aí é um outro passo. então, vamos colocar em votação se vamos distribuir os recursos a fundo perdido pela natureza do projeto ou pela natureza do tomador; vamos votar cada uma das propostas separadamente. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Mas, Secretário, tem mais uma proposta agora, a que ele acabou de fazer! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas a dele é uma sub-proposta de uma das que já estão colocadas, ou seja, você divide por segmentos e depois, dentro do segmento, você decidi isso. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Sim, tudo bem, só que se eu voto agora que a proposta é por natureza do projeto, eu não posso mais votar a dele! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, mas é claro! já exclui! Se for por segmento... A proposta dele é uma sub-proposta, na verdade. Temos duas categorias, dois grupos de propostas: um grupo de propostas que é pela natureza do projeto, e um grupo de propostas que é pela natureza do tomador. Essa proposta dele vai primeiro pela natureza do tomador e depois, dentro do segmento, aí vai por natureza do projeto. - (Manifestação da mesma pessoa que fez a proposta da "divisão por segmentos", que novamente não se identifica) - Mas aí é o que o segmento quiser, o segmento resolve. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, aí o segmento resolve, tudo bem; mas a proposta, originalmente, é pela natureza do tomador ou pela natureza do projeto, precisamos primeiro decidir isso. Portanto, aqueles que forem favoráveis a que os recursos a fundo perdido fosse distribuído levando-se em conta a natureza do projeto, levantem o braço. Peço que só votem os membros do comitê. - (Feita a contagem, verifica-se que se manifestaram favoravelmente à proposta 14 (quatorze) conselheiros). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Portanto, 14 votos favoráveis a que se leve em conta a natureza do projeto. Agora, quem for favorável a que se leve em conta a natureza do tomador, levante o braço. - (Feita a contagem, verifica-se que votaram favoravelmente à segunda proposta 13 (treze) conselheiros). - (Manifestação de um dos Srs. Conselheiros que não se encontrava na sala na ocasião da primeira votação, que não se identifica nesta oportunidade) - Sr. Secretário, eu voto na primeira proposta, por natureza do projeto, pois não votei na primeira vez que foi feita a chamada. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então, na verdade, foram 15 (quinze) votos contra 13 (treze) votos, sendo vencedora, portanto, a proposta que leva em conta a natureza do projeto. então a proposta vencedora é que todos os projetos de educação ambiental ou de capacitação recebam prioritariamente os recursos; isso quer dizer que atendemos primeiro esses e aí depois, o que fazemos? não fizemos essa conta, não sei se os recursos dão... Bom, então existem duas hipóteses, a saber: atendendo primeiro os projetos de educação ambiental e capacitação, pode ser que esgote o recurso ou falte recursos; se faltar, a gente distribui proporcionalmente; se sobrar, aí o que fazemos? (...) Bom, se sobrar, vai 1/3 para cada segmento, pode ser assim? O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, aí entra a proposta da Neusa, ou seja, de ir buscar os recursos que estão lá atrás para tentar trazer para agora! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, tudo bem, mas não podemos resolver isso nesta reunião, só numa próxima, porque os recursos que estão lá atrás dependem de uma deliberação do

COFEHIDRO. nós vamos fazer uma proposta ao COFEHIDRO nesse sentido. - (são feitos os cálculos dos recursos mediante o que acabou de ser deliberado pelo comitê). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Recebo a informação aqui que os projetos de educação e capacitação ambiental somam 486 mil reais. Portanto, temos sobrando aqui uns 600 mil reais de recursos a fundo perdido, e perguntaria aos conselheiros o que faríamos com esses 600 mil reais que sobraram desses recursos? O SR. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE JUQUITIBA - Sr. Secretário, acabamos de votar e aprovar o critério que seria através da natureza do projeto a priorização da distribuição desses recursos; no nosso caso, quando o tomador tem também na sua proposta projeto de educação ambiental? Como é que fica a nossa posição, como tomadores, nesse caso? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Pelo que entendi, o projeto tem duas coisas juntas, sendo que uma refere- se a educação ambiental, seria esse o caso... O SR. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE JUQUITIBA - Exatamente. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, aí a parcela relativa à educação ambiental está contemplada com recursos a fundo perdido, e a outra parcela, pelo menos até agora, ainda não resolvemos como vai ser. Bom, gente, temos agora 600 mil reais, que podemos prosseguir distribuindo por natureza de projeto ou podemos mudar para tomador; como é que ficamos? O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, temos uma proposta para fazer: que esse recurso a fundo perdido seja destinado, prioritariamente, àquelas entidades que não tem geração de recursos; por exemplo, o município já recebe uma parcela de impostos, e não estou aqui querendo criar polêmica, temas existem entidades que sobrevivem de doações. já no município, os cidadãos pagam seus impostos, etc. então eu acho que fica desproporcional destinar-se recursos a fundo perdido para um município - por mais importante que seja o projeto - e não destiná-los a uma entidade que não tem como se sustentar, que vive, por exemplo, de doação de seus sócios, independentemente de ser uma ONG ou não. Portanto, o critério que eu gostaria de colocar aqui para análise e reflexão é exatamente esse, ou seja, recursos a fundo perdido para aquelas entidades ou projetos que não tem como se sustentar e depois, por fim, o que sobrar para aquelas entidades que mesmo que tenham meios de sustentação, teriam os recursos restantes aí divididos de uma forma eqüitativa, digamos assim. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Deixa eu apenas fazer uma colocação aqui, e eu não vi ainda, nem sei como é que se compõe, mas no caso de ONG's com projetos de educação ambiental com recursos a fundo perdido, tudo bem, aí não tem dúvida. Agora, com relação aos municípios, parece-me que a resolução do COFEHIDRO que ampliou de 20% para 40% os recursos que podem ser utilizados a fundo perdido colocou também algumas condições para os municípios; tem lá 3 ou 4 condições, como por exemplo, tem que ser município que tenha arrecadação de impostos "per capita" menor do que a média do Estado, esse é um critério. Mas, enfim, existem lá alguns critérios, e esses critérios nós temos que obedecer; recursos a fundo perdido - independentemente do comitê de Bacia aprovar - só pode ser emprestado para tomadores que atendam a essas características. O SR. BONFLIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Darcy, acho que tem relevância a sua colocação com relação aos municípios que, usualmente, conseguem algum superavit entre as suas despesas e receitas, etc. Acredito que o COFEHIDRO decidiu acertadamente quando resolveu classificar os municípios segundo a sua renda

"per capita", estabelecendo - inclusive neste documento que nos foi enviado - e elencando os municípios com renda "per capita" inferior à média do Estado, priorizando a destinação de recursos a fundo perdido a esses municípios. Na Região de Juqueri-Cantareira, na Região de Salesópolis, existem municípios que necessitam buscar recursos, ou seja, importar recursos para poder conseguir viabilizar programas dessa ordem, porque os recursos próprios do orçamento do município acabam comprometidos com questões de uma ordem mais primária, mais prioritária, que é atender a educação normal, a saúde, o saneamento, enfim, e outras questões mais básicas, e seus recursos não dão nem para isso. Esse é o caso do município de Franco da Rocha, de Francisco Morato, etc. então eu acho que o critério aqui, salvo alguma adequação que necessite ser feita, porque não tivemos acesso exatamente a esse elenco de critérios, mas me parece que o encaminhamento deva ser esse. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Deixa eu tentar fazer uma proposta para ver se conseguimos conciliar isso: a maior parte dos projetos de educação ambiental e capacitação são dos segmentos de ONG's. então, provavelmente, se pegarmos os 600 mil restantes e dividir de forma igual para os três segmentos, com o que vai para o segmento de ONG's, praticamente, deve atender à quase tudo ou, se faltar, vai faltar muito pouco, certo? Acho que com isso resolveríamos essa questão. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Qual foi a proposta, Sr. Secretário? não entendi direito. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - nós já deliberamos que vamos priorizar, em termos da utilização de recursos a fundo perdido, os projetos de educação ambiental e de capacitação ambiental. então, esses projetos vão ter 100% de recursos a fundo perdido, desde que o tomador possa receber recursos a fundo perdido. Com isso, já vamos estar atendendo a maior parte dos projetos de ONG's; numa conta aproximada que foi feita agora Há pouco, sobram ainda 600 mil reais, e esses 600 mil divididos por 3, daria 200 mil, ou seja, se dividirmos esses 600 mil reais de forma igualitária entre os três segmentos, praticamente estaremos atendendo ao segmento de ONG's integralmente. só uma questão de fazermos as contas. Perguntaria agora se existe mais alguma outra proposta em relação a isso, pois temos que decidir o que vamos fazer com esses 600 mil reais restantes dos recursos a fundo perdido. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - A primeira o senhor já colocou, que são as próprias restrições impostas pelo COFEHIDRO, não é isso? Isso precisa ser analisado. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Isso no caso do tomador, ele tem que atender, para receber recursos a fundo perdido, àquelas restrições que o COFEHIDRO colocou; o comitê não pode deliberar contrariamente àquilo que o COFEHIDRO estabeleceu. Infelizmente, eu não tenho aqui a resolução do COFEHIDRO em mãos... você tem ela aí, por acaso, Gerôncio? (...) O SR. UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - Sr. Secretário, eu tenho uma proposta a fazer: acho que deveríamos priorizar essa sobra de recursos para os projetos que venham a agregar informações e consolidações de dados ou de ações concretas para subsidiar os trabalhos do comitê. Acho que tem alguns projetos aqui que são muito relevantes do ponto de vista de informações sobre a área de abrangência da Bacia e algumas ações concretas - como é o caso da Secretaria do Meio Ambiente, o próprio cadastramento do D.A.E.E.-, enfim, que são questões básicas para estarmos, inclusive, dando seguimento aos trabalhos do comitê. não podemos perder de vista de que o comitê necessita ter uma base consolidada de dados e informações e o

monitoramento disso para ter a efetiva clareza em definir as suas prioridades de trabalho. Quero colocar isso aqui para que pudéssemos avaliar a pertinência de alguns projetos no sentido de que eles venham a consolidar informações para o próprio comitê estar fazendo a gestão da Bacia; tem dois ou três projetos aqui que são tipicamente dessa ordem. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Temos então três propostas sobre os 600 mil restantes: temos a proposta do Darcy para que atendêssemos integralmente o segmento de ONG's e só depois disso fosse para o segmento de Estado e municípios. não sei se ele retira essa proposta em função da outra no sentido de dividir igualmente os 600 mil... O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Posso retirá-la, sim, Sr. Secretário. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então ficamos com duas propostas: uma no sentido de dividirmos os 600 mil igualmente entre os três segmentos e depois cada segmento delibera como aplicar, ou uma proposta de continuarmos no critério por projeto, e aí contemplaríamos os projetos de sistemas de informação... O SR. UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - ... Ou de ações concretas, Secretário; enfim, são projetos que de imediato e de concreto vão trazer subsídios para o próprio comitê estar planejando os seus trabalhos e suas prioridades dentro da Bacia, acho que isso é o fundamental! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Olha, talvez até do ponto de vista técnico esteja correto; o único receio que tenho é que aí não vai sobrar recursos a fundo perdido para os municípios, e tem municípios que se não receberem recursos a fundo perdido, não conseguem fazer nada! Em contrapartida, o Estado tem recursos, quer dizer, fica meio complicado. O SR. UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - Mas, Secretário, obviamente a proposta não é engessar; podemos priorizar 8 projetos, podemos priorizar 2 ou 3, enfim, o que eu acho importante é para o próprio comitê é estar-se garantindo recursos a fundo perdido para esse tipo de natureza de ação e de projeto, e não necessariamente os 600 mil, é óbvio! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas a questão é que se dermos desses 600 mil para isso... quer dizer, novamente volta-se àquela questão: vamos dividir por projeto, estabelecer critérios por projetos ou por segmento? O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Acho que essa questão já foi superada, não foi? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Ainda não; foi superada naquela primeira definição que fizemos. - (Manifestação de uma das pessoas sentadas à mesa - não sei se membro do comitê ou convidado -, que não se identifica) - Salvo engano - porque a conta foi feita rapidamente -, as ONG's - fora as enquadradas no "grupo 2", porque estão todas a fundo perdido -, perfazem o valor de 255 mil reais, o que é muito próximo do 1/3 proposto pelo Sr. Secretário. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Ou seja, todas praticamente atendidas na totalidade. - (Manifestação de um dos participantes da mesa) - Por isso que a proposta da divisão de 1/3 para cada segmento, feita pelo Sr. Secretário, é válida! - (Manifestação de um dos participantes da mesa, o mesmo que fez o cálculo alteriormente) - Pois é! só estou reafirmando isso, ou seja, que dentro dos números, as ONG's, praticamente, ficaram totalmente contempladas! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Tudo bem. Agora, eu acho importante também se contemplar o segmento dos municípios, porque se formos só nessa linha de "natureza do projeto", eu não lembro de nenhum projeto de município que vá nessa linha de sistemas de informação ou algo nesse sentido, e aí tenho o receio de que se não contemplarmos os municípios, tem muito município que

não vai conseguir fazer nada - independentemente de conseguir tomar financiamento. Talvez possamos fazer o seguinte: se dividirmos os 600 mil restantes em partes iguais, aí o Governo do Estado, naquilo que lhe competir, dá prioridade aos projetos de sistema de informação, etc., na linha da proposta do Ubirajara. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Tem uma questão aqui, Sr. Secretário, que é o projeto do Conselho Comunitário de Saúde, que é um projeto voltado totalmente para educação ambiental, e até para evitarmos de deslocar esse projeto para o segmento de organizações não-governamentais e causar todo um conflito aqui, no sentido de se rever a forma de distribuição, etc., e com a intenção de facilitar as coisas, foi feito esse acordo com a Prefeitura de Franco da Rocha no sentido de que a Prefeitura fosse a proponente. Porém, se agora a Prefeitura perde a possibilidade de captar esse recurso a fundo perdido... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... não! Se é um projeto de educação ambiental, ele já está contemplado! já contemplamos todos os projetos de educação ambiental, e agora estão sobrando 600 mil reais, aproximadamente; o que a gente faz com esse dinheiro? isso o que estamos deliberando agora. Eu pergunto ao representante da Secretaria de Energia se ele mantém a proposta que façamos por projeto ou se ele concorda com a proposta de se fazer a divisão desses 600 mil em partes iguais. O SR. UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - Sr. Secretário, acho que devemos ter um pouco de flexibilidade; tudo bem, pode até confundir um pouco a reunião, mas acho que temos que garantir alguns projetos que vão trazer subsídios fundamentais aos trabalhos do comitê. Podemos até discutir alguns aqui, mas a idéia é que um mínimo de fundo perdido - até por coerência dos trabalhos do comitê e visando o futuro dos trabalhos do comitê - fosse garantido. O SR. MARCOS BANDINI (Representante da Prefeitura de Ribeirão Pires) - Sr. Secretário, queria fazer um encaminhamento contra essa proposta apresentada pelo companheiro do Estado no sentido de que, apesar da relevância do projeto, já foi colocada aqui a possibilidade do Estado em estar atuando nessa questão e de estar produzindo, de forma sistemática, informações que até não tem vindo como deveriam estar sendo desenvolvidas. Agora, toda a regra do jogo foi para estabelecermos projetos dentro de um sistema que se agora formos analisar pela própria forma, quer dizer, o Estado, em tese, ele abarca um território muito mais amplo do que o município, ou seja, estamos discutindo um fator agora - apesar da relevância da questão - que já está contemplado; Há recurso para o projeto, a questão é só o valor a fundo perdido. Portanto, Há recursos para o projeto e a questão é relevante a fundo perdido, e para o município - que tem muito menos recursos -, se não houver um valor de fundo perdido razoável, como está contemplado na proposta feita pelo Sr. Secretário, fica, de fato, muito difícil para Ribeirão Pires, por exemplo, a tocar esse projeto que foi proposto - fica praticamente impossível! não sei em relação aos demais, mas Franco da Rocha já expôs sua situação, acredito que os outros também. então eu acho que o Estado teria condições de discutir na forma como o Secretário aqui propôs, apesar de concordar com a relevância do projeto em si. Eu não queria me alongar, mas a posição da EMPLASA, a situação que a gente enfrenta dentro do Consórcio do ABC, por exemplo, aonde não tem informações, então o município já está tendo que, por exemplo, nós estamos contratando levantamento aerofotogramétrico! Qual é o custo disso? um absurdo! Neste instante acho que até podemos dar um encaminhamento para o Estado rever certos procedimentos, acho

que a crítica é pertinente, Há necessidade de se ter essas informações gerais, mas nessa altura, da forma como foi encaminhado, vai desviar do rumo que vinha sendo tomado e, nesse caso específico, vai prejudicar os projetos dos municípios ou inviabilizá-los. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, temos duas propostas e acho que podemos deliberar agora; estamos deliberando a respeito dos 600 mil reais, aproximadamente, que restaram depois de atendidos todos os projetos de educação ambiental, desde que o tomador - sempre faço essa ressalva - possa, dentro dos critérios do COFEHIDRO, receber os recursos. As ONG's sempre podem, os municípios dependem de atender às exigências. Pois bem, então temos duas propostas: uma no sentido que seja levada em conta os projetos e outra proposta no sentido de que esse valor seja dividido igualmente entre os três segmentos. Vamos colocar em votação. Os Srs. Conselheiros que forem favoráveis que os 600 mil restantes relativos a recursos a fundo perdido sejam distribuídos levando-se em conta a natureza dos projetos levantem o braço. - (Feita a contagem, apuram-se 02 (dois) votos favoráveis a essa proposta). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Os Srs. Conselheiros que forem favoráveis a que se dividam os 600 mil de forma igualitária entre os três segmentos levantem o braço. (Pausa) APROVADO, portanto, pela grande maioria do comitê, sendo então os recursos relativos a esses 600 mil reais, aproximadamente, que restaram daqueles recursos destinados a fundo perdido, serão distribuídos de forma paritária entre os três segmentos. Resta agora saber como é que esses recursos serão divididos dentro de cada segmento. No caso do segmento do Estado, a proposta é que os órgãos do Estado - são poucos órgãos - se reunam e definam como fazer essa divisão, se é que isso é possível... (risos) A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - O critério de que o projeto de educação ambiental tem prioridade sobre os demais vale também para o Estado? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas o Estado tem projetos de educação que já foram contemplados antes! A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - não tem, não! só o senhor dar uma olhadinha aqui: SMA, EMPLASA, IPT, FUNDUSP e Secretaria da Saúde, nenhum deles é de educação ambiental, e todos podem ser! Isso pelo seguinte: vou pegar o exemplo do projeto da nossa Secretaria - aliás, estou fazendo essa intervenção porque estamos decidindo coisas com as quais vamos ter dificuldades depois -, que é um projeto fundamentalmente de fiscalização e monitoramento da Várzea, da "apa" do Tietê. Ora, ninguém fiscaliza apenas dando multas, mas damos também informações, transmitimos e alertamos para a lei, quer dizer, isso não é educação também? educação não é também informação? Acho que não tem como separar essas coisas! Eu posso caracterizar o meu como "educação ambiental" e levo lá para conseguir esses recursos a fundo perdido! Quando a EMPLASA faz o sistema georeferenciado ela está lidando com informação e educação também! A educação não é o processo formal, ela começa com a informação; tudo é educação! - (Tumulto, com vários comentários paralelos por parte dos participantes). O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Mas tem que ser no objeto do projeto, e não nesse sentido de "instrumento", como você está colocando, Neusa! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Neusa, eu proporia o seguinte: como o Estado é uno - se pressupõe, pelo menos -, então que o Estado discuta internamente e defina como vai aplicar os seus recursos. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Mas isso, de fato, na prática, vai acontecer, entende o que eu quero dizer? O SR. SECRETÁRIO HUGO

MARQUES DA ROSA - Olha, só para esclarecer como isso pode ocorrer, o D.A.E.E. está retirando o seu projeto! (risos) Portanto, o D.A.E.E. não vai disputar esses recursos. O SR. UBIRAJARA (Secretaria de Energia) - Mas Sr. Secretário, reputo o projeto do D.A.E.E. como de suma importância para o comitê, concorda? A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Exatamente! Concordo com ele! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas o D.A.E.E. pode ir buscar recursos de outra fonte para fazer isso também! A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Olha, então, Sr. Secretário, que eles informem essa fonte para a SMA, porque vou te dizer uma coisa... não tem onde! (risos) O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Com relação ao segmento das ONG's, a proposta é de que se dividam esses recursos - de aproximadamente 200 mil reais - proporcionalmente ao valor de cada projeto, aqueles que, evidentemente, ainda não foram contemplados com os recursos da mesma ordem para projetos de educação ambiental. então, vai dar quase 100%, e que se divida de forma proporcional. E aí resta o segmento dos municípios, aonde havíamos feito uma proposta que se levasse em conta o valor do projeto e a pontuação que ele teve, ou seja, multiplicar o valor do projeto pela pontuação e aí dividir, só que aí tem uma coisa: nem todos os municípios que apresentaram projetos teriam possibilidade de receber recursos a fundo perdido, porque uma das condições para que ele recebe esses recursos é que tenha a receita "per capita" menor do que a média do Estado. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, não sei se nessa altura do campeonato vou cometer aqui uma loucura, mas não Há possibilidade de se pensar, por exemplo, num projeto do D.A.E.E., ou um projeto da EMPLASA, ser feito em parceria com um determinado município? Enfim, se contemplar, por exemplo, num estudo de análise de dados espaciais se contemplar, por exemplo, o "Balneário Ecoturístico de Salesópolis", quer dizer, para eu definir um projeto de ecoturismo preciso ter uma análise detalhada do potencial, da capacidade de exploração do território para ecoturismo. então, se tenho uma proposta que é a "formação de banco de dados de informação" e tem uma outra que necessita da informação ambiental, por que não fazerem juntas? Eu queria deixar isso daí para discussão - não para agora, talvez -, ou seja, de que houvesse essa possibilidade de parceirização de projetos que pudessem ser mais integrados, e aí se ganha o benefício do recurso de ambos e, inclusive, o seguinte: se tem um que não pode ser tomador e o outro pode... Quer dizer, é deixar essa possibilidade em aberto para se negociar melhor, inclusive com a possibilidade de uma maior sinergia nisso tudo. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O receio que tenho é o seguinte: no caso dos municípios tem lá um milhão de projetos, só que muitos poucos de educação ambiental - acho que tem o caso de Franco da Rocha, que é de educação ambiental realmente -, ou seja, vai sobrar lá quase uns 900 mil de projetos, e estão recebendo 200 mil a fundo perdido; se dividirmos proporcionalmente, vamos acabar não viabilizando projeto nenhum, porque tem município aqui que se não for a fundo perdido, ele não tem capacidade de endividamento. não é só uma questão de tomar o recurso e pronto; para tomar o recurso, ele tem que ir ao BANESPA e comprovar que ele tem capacidade de endividamento. Portanto, no caso dos municípios, talvez seja preferível fazer o seguinte: selecionar alguns projetos e contemplar esses projetos integralmente, para que esses projetos possam decolar. E os outros projetos - caso o município não tiver condições de tomar o empréstimo - ficam na fila até que consigamos mais recursos a

fundo perdido, porque vamos explicar aqui logo em seguida o que estamos pretendendo. Eu não queria entrar agora nessa questão, mas vou ter que fazê-lo: por que a coisa dos 40% a fundo perdido? A Lei Estadual de Recursos Hídricos diz o seguinte: "os recursos do FEHIDRO devem, preferencialmente, serem empregados a fundo perdido." "Preferencialmente", ou seja, o que significa a palavra "preferencial"? Bom, a palavra "preferencial" deve significar o seguinte: se você tiver dois projetos, dois tomadores, um pretendendo recurso a fundo perdido e outro pretendendo recurso na modalidade de empréstimo, aquele que toma o recurso na modalidade de empréstimo tem preferência sobre os demais; mas se você não tiver tomadores na modalidade de empréstimo e você tiver os recursos, você poderia aplicar mais do que os 40% a fundo perdido, pois se você não tem tomador na modalidade de empréstimo, só os tem na modalidade a fundo perdido, você vai fazer o que com os recursos que sobram? Vamos perdê-los? então, "preferencialmente", você dá a "preferência"; agora, se não tem ninguém pedindo passagem, o que é que você faz? Se você chega numa rotatória, você tem que dar preferência para quem vem pela direita, e se não vem ninguém, você fica parado esperando vir o primeiro para dar preferência, ou você passa? (risos) Portanto, estamos encaminhando uma proposta para o COFEHIDRO nesse sentido, ou seja, que se não houver tomador, se pode ultrapassar os 40% dos recursos a fundo perdido! O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Mas isso é ótimo! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - E daí nós resolvemos o resto! então a proposta talvez fosse a seguinte: de nós atendermos, pela pontuação ou algum outro critério, no segmento dos municípios, até esgotar, até atender integralmente as solicitações, desde que o município possa receber recursos a fundo perdido. E a partir daí, os demais municípios, se puderem tomar empréstimo, tomam; se não puderem, irão aguardar até que possamos ter mais empréstimos a fundo perdido, e os seus projetos ficam aprovados aguardando o recurso a fundo perdido. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Como uma proposta complementar à do Sr. Secretário, que essa soma de recursos fosse dividida pelo maior número de municípios, ou seja: eu tenho 10 municípios que totalizam 200 mil, então eu atenderia 10 municípios. Quer dizer, nós atenderíamos primeiro com esses recursos aí disponíveis um número maior de municípios. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Ou seja, pegar os projetos de menor valor. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Exatamente, pegar os projetos de menor valor e atender-se ao maior número de municípios possíveis. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - um outro critério; então temos um critério pela pontuação e outro critério que seria pelo menor valor. Bom, não sei nem se é preciso colocar isso em votação, em todo caso, vamos lá: temos 200 mil dos municípios, e vamos dividir isso linearmente pelos municípios ou vamos selecionar alguns projetos e vamos solucionar integralmente esse projetos selecionados? (...) Bom, pelos olhares e pelos acenos de cabeça parece-me que a idéia é resolver integralmente alguns projetos. - (são feitos alguns rápidos comentários fora do microfone, praticamente "ao pé do ouvido" do Sr. Secretário, por pessoas que se encontram perto dele do outro lado da mesa, sobre os quais só tem-se a resposta, quando o Secretário volta a falar ao microfone). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Pois é, mas se a gente colocar 20% também e os outros 80% na modalidade de empréstimo também não resolve! Quer dizer, no caso desses municípios, ou o recurso é a fundo perdido ou não adianta; portanto, também não

adianta dar 20%! Vamos lá: temos 200 mil para distribuir entre os municípios, e que critério ou quais critérios utilizaríamos para isso? Temos o critério da "pontuação" e um outro critério que foi sugerido é o do "menor valor do projeto", para que pudéssemos atender ao maior número de municípios possíveis. Portanto, temos dois critérios. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Sr. Secretário, eu sugiro que se utilize o critério da "pontuação", até mesmo porque esse foi o critério utilizado para efeito de enquadramento dos projetos. Se o projeto recebeu uma pontuação significativa, é porque a Comissão avaliou que ele tem determinada prioridade. Do contrário, estaríamos aqui, novamente, tentando rediscutir os critérios de enquadramento! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Temos duas propostas: "pontuação" ou "menor valor", e antes de colocar em votação, pergunto aos conselheiros se teriam alguma outra proposta de critério a fazer. O SR. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIR Ž O PIRES - Sr. Secretário, apenas talvez para completar a questão do "menor valor", também por sub-Região; um por sub-Região e aí vamos ver se sobrou, aí vai mais um para outra sub-Região e começa a se abrir a coisa. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, temos uma terceira proposta agora; pelo menos um projeto por sub-Região. então, os 200 mil se dividiriam por 5... - (Tumulto, com vários comentários paralelos sendo feitos). O SR. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIBEIR Ž O PIRES - ... Deixa eu esclarecer: seria a proposta do menor valor, se possível, acrescentando, acoplando a de menor valor com um projeto por sub-Região. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Eu teria uma outra proposta, então, que seria a seguinte: temos 200 mil, aproximadamente, disponíveis; dividiríamos esses 200 mil por 5, daria, também aproximadamente, 40 mil por sub-Região, e a sub- Região decide, porque dentro de cada sub-Região tem um ou dois projetos apenas, três no máximo! aí os municípios se entendem entre eles e definem um tomador, ou nós escolhemos o de maior pontuação. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA - (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Eu acho esse um bom encaminhamento, Sr. Secretário. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - A pontuação seria um critério técnico, certo? então, é o seguinte: eu retiro a minha proposta! (risos) Tem uma outra proposta, então, no sentido de que a parte dos municípios se divida primeiro por sub-bacias; e temos uma outra proposta que seria no sentido de não se levar em conta as sub-bacias. Ou seja, temos duas questões: levar-se em conta as sub-bacias ou não levar em conta as sub-bacias. Eu só pergunto se não tem, nos projetos de caráter geral, projeto de município, porque aí ele ficaria fora. (...) O Gerôncio está me dizendo que não tem projetos de município nos de caráter geral; portanto, todos os projetos de município estão por sub-bacias, e então se dividirmos os recursos por sub-bacias, dá para atender todo mundo. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - O da Secretaria do Verde não é de caráter geral? não seria de um município, está aqui: "sistema de informações e saúde"... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, não; é da Bacia do Pirajussara, não é isso? O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Desculpem-me! Confundi tudo aqui; aquela ao qual estava me referindo é da Secretaria da Saúde. Desculpem-me! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O da Secretaria do Verde e Meio Ambiente é projeto de educação ambiental; a minha única dúvida é se a Prefeitura de são Paulo pode receber recursos a fundo perdido. - (O representante da Prefeitura ou da Secretaria do Verde

também não sabe dizer). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - , precisa mesmo verificar a resolução do COFEHIDRO para saber, tudo bem. Vamos colocar, portanto, para deliberação o seguinte: se vamos, conforme proposta apresentada, dividir a parte dos municípios por sub-bacias. Portanto, os Srs. Conselheiros que forem favoráveis a que a parcela a fundo perdido dos municípios seja dividida igualmente entre as 5 sub-bacias permaneçam como se encontram; os contrários, levantem o braço. (Pausa) APROVADO; portanto, a parcela dos municípios a fundo perdido fica dividida igualmente por sub-bacia. Agora vamos deliberar sobre a proposta de que nas sub- bacias seja contemplado o projeto que obteve maior pontuação, porque é um critério técnico e aí aplica-se simplesmente o critério técnico. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Mas, Sr. Secretário, o problema é que a pontuação foi feita no geral, não foi? Ou foi feita por sub-bacia? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Foi no geral, mas reflete, dá para comparar. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - não necessariamente, não necessariamente! Dentro daquela sub-bacia, você poderia chegar, com o mesmo critério, a outro resultado! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, não! Porque a pontuação não levou em conta se é geral ou não; simplesmente deu pontos aos projetos. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Eu digo em termos da importância daquele projeto na sub-bacia... O SR. MÁRIO MANTOVANNI - não é não, Neusa; foi feito um enquadramento por projeto, e reflete, sim; o Secretário tem razão. Eu acho que talvez fosse interessante, Sr. Secretário, como Há uma propósito do comitê que se abram os sub-comitês, ficaria até como uma forma do pessoal se reunir. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O problema é que só tem um instalado, e a idéia é que a gente comece a utilizar esses recursos o mais rápido possível! O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Mas amanhã mesmo já vai se instalar um outro, o do Alto Tietê... A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Mas aí, MÁRIO, vai demorar muito! O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Eu gostaria de chamar a atenção com relação à lógica daquela proposta de se contemplar o maior número de municípios. O nosso objetivo aqui não é resolver problemas estruturais ou coisa que o valha, mas sim disseminar, por toda a Região e para o maior número de pessoas, processos de educação, processos de participação, enfim, e contemplando o maior número de municípios implica nessa dispersão de ações para toda a Bacia. Parece-me que esse, talvez, fosse o maior objetivo; ele é mais importante, no meu entendimento, do que contemplar-se um excelente projeto! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas isso nós já fizemos, Darcy; já votamos e já decidimos isso! Neste momento estamos com 40 mil reais em cada sub- bacia, e para qual projeto vai isso? Estamos decidindo isso agora. O SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA - Sr. Secretário, eu só queria explicar para o moço ali o seguinte: se no meu município nós formos adotar - não que não seja necessária - a educação ambiental, se nós não tomarmos a atitude antes de estar segurando os barrancos e fazendo drenagem, não vamos ter tempo de estar ensinando aqueles meninos lá; vão morrer todos! Portanto, acho, sim, que temos que ver critérios de emergência; lá nós temos que segurar os barrancos primeiro para depois estar ensinando as crianças educação ambiental, e estar ensinando, inclusive, as pessoas que colocaram essas pessoas nos barrancos. Infelizmente, é questão de critério: lá é de emergência, ou seguramos os barrancos e

fazemos as drenagens necessárias, ou então... até mesmo porque para não estar assoreando o Rio Juqueri que, por sua vez, vai assorear o Tietê! O SR. MÁRIO MANTOVANNI - um critério duvidoso, porque deixaram subir o barranco; acho que não deviam, isto sim, deixar aquelas pessoas subirem o barranco, porque daí estaremos privilegiando aqueles que agiram errado! não foi culpa do senhor, tudo bem, mas foi isso o que ocorreu de errado. O SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA - Exatamente, foi isso que eu disse; devemos ensinar, inclusive, para aqueles que deixaram o pessoal subir o barranco. Porém, infelizmente, já aconteceu, não houve a fiscalização devida - aliás, houve até a promoção disso, o que é pior! O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Justamente, houve conivência até! O SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA - Concordo plenamente! Colocaram pessoas no barranco, infelizmente! Até lotearam os barrancos, a própria prefeitura loteou barranco e colocou as pessoas lá! O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Como o fez em toda a Região Metropolitana, aliás! Eu acho que seria dar um prêmio para quem fez a coisa errada! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Gente, nós temos um problema simples agora de resolver: temos 40 mil reais para cada sub-bacia e para que projetos irão esses recursos? O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, queria saber apenas o seguinte: se determinada sub-bacia não tiver um projeto, essa deliberação pode causar problemas... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, não tem esse problema: todas tem! O problema é saber se é por pontuação ou por algum outro critério, se bem que também não vai dar para dar recursos para mais de um projeto; só se tivéssemos dois projetos de 20 mil reais, o que não tem. Portanto, os recursos vão para um projeto só. Dessa forma, eu proponho que ele vá para aquele que tiver o maior número de pontos, acho que seria o único critério técnico que poderíamos utilizar, talvez. - (Manifestação de um dos membros do comitê, que não se identifica) - não daria para fazer uma simulação dos dois critério, assim, rapidamente? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Qual é o outro critério? - (Manifestação de um dos membros do comitê, que não se identifica) - nós não tínhamos dois critérios em discussão aqui? Um era por pontuação e outro por menor valor, que o Darcy colocou... - (Tumulto, fazem vários comentários paralelos). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não! Agora já estamos falando em 40 mil para cada sub-bacia! já não Há mais o outro critério, já decidimos isso... (risos) - (Manifestação de um dos membros do comitê, que não se identifica) - Olha, Secretário, esse negócio de dividir por sub- bacia não dá certo! Tem 40 mil, um projeto é de 30 mil, sobra 10 mil e aí dá esses 10 mil para o outro e não dá para fazer nada! Isso não vai funcionar direito, não, na minha opinião! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas nós já deliberamos a respeito disso! - (Manifestação de um dos membros do comitê, que não se identifica) - Pois é, eu achei uma deliberação errada! Devíamos votar de novo! (risos) Eu votei contra isso daí! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, creio que não existe mais nenhuma proposta diferente desta que vamos colocar em votação, a saber, que dentro da sub-bacia seja contemplado o projeto com maior número de pontos. - (Manifestação de um dos membros do comitê, fora do microfone, sem se identificar) - E se mesmo assim, os recursos O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Bom, aí complementa-se o recurso do projeto, pede empréstimo ou fica esperando que haja mais recursos. Portanto, os Srs. Conselheiros que forem

favoráveis a essa proposta permaneçam como se encontram; os contrários, levantem o braço. (Pausa) APROVADO, ficando aqui registradas duas abstenções. Com isso, a distribuição de recursos deste ano está encerrada, acho que não restou mais nada. Temos ainda apenas uma questão que tinha sido colocada antes pelo Virgílio, no sentido de que o MDV apresentou projeto no ano passado, havia recurso para atender, mas o projeto não foi enquadrado porque naquela ocasião as ONG's não poderiam receber financiamento. então, a proposta é a seguinte: vamos fazer uma proposta logo em seguida que seria trazer os recursos de 95 e 96, não utilizados, para 1997, e ao fazer isso, o projeto que foi apresentado pelo MDV - que não foi contemplado anteriormente - possa ser contemplado, então, com esses recursos que estão vindo. Logicamente, isso só vai ser possível depois que o COFEHIDRO autorizar, mas na medida em que o COFEHIDRO autorize, o projeto do MDV já fica aprovado. está clara a proposta? (...) uma proposta especificamente com relação ao MDV. O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV / ABC) - Vejam bem: o projeto que o MDV apresentou no ano passado foi um projeto que se limitava a um bairro; porém, o MDV refez a sua proposta entendendo que a questão dos mananciais é relativa à Região do Grande ABC. Portanto, refizemos a nossa proposta e gostaríamos de reapresentar essa proposta, evidentemente, dentro dos limites dos recursos que eu não sei de quanto é e que sobraram do ano passado. O Sr. Secretário, inclusive, já sabe desse projeto, tem conhecimento dele, e a gente, para atender 400 mil pessoas que habitam hoje nas áreas de mananciais e que não entende da lei de proteção de mananciais - sobretudo, em relação à nova lei que vem por aí -, e se essas pessoas não conhecerem essa lei para saber o que pode e o que não pode naquelas áreas, o que é essa lei, enfim, vai ser outra lei que não vai ser respeitada! então refizemos esse projeto e gostaríamos de reapresentá-lo, tem em vista os recursos que sobraram do ano passado. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Nesse caso, eu proporia mudar-se a proposta, porque, na realidade, é o seguinte: temos projetos deste ano que acabamos contemplando parcialmente porque o valor dos projetos ultrapassava os recursos deste ano. E temos o projeto do MDV, que foi apresentado lá atrás, mas que porém não é o mesmo projeto, é um novo projeto. Portanto, proporia o seguinte: assim que for autorizada a transferência de recursos de 95 e 96, vamos ter novos recursos disponíveis, aí voltamos a deliberar, e daí incluímos o projeto do MDV junto com esses projetos que vão ser analisados, ou seja, não vamos aprová-lo previamente porque nem conhecemos o projeto. então vamos aguardar a transferência de recursos e depois vamos deliberar sobre a distribuição desses recursos e o do MDV, portanto, entraria junto com aqueles projetos que acabamos tendo de cortar por falta de recursos. O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV / ABC) - só para lembrar e deixar registrado aqui, o nome do projeto é "Billings Potável por Inteiro". O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O item seguinte da nossa pauta é uma proposta ao COFEHIDRO, justamente essa proposta que está "afixada" aqui: "Art. 1 § - Os recursos financeiros do FEHIDRO, não utilizados, destinados ao CBH-AT, referentes aos períodos de 1995-1996 serão transferidos para o orçamento de 1997. Parágrafo único - Os projetos indicados pela deliberação CBH-AT nº 1/96, de 30.09.96 passarão a onerar o orçamento de 1997." Ou seja, isso não é apenas para recursos não utilizados, é para todos aqueles projetos que ainda não assinaram contrato; tudo aquilo que ainda não assinou contrato, o recurso está cancelado e transfere para 97. E quem já foi priorizado anteriormente, a priorização

permanece, quer dizer, continua valendo a priorização, só que vai consumir recursos de 97. A vantagem disso é o seguinte: ao trazer os recursos de lá para cá, estamos aumentando os recursos a fundo perdido de 20% para 40%, é com esse objetivo. E o artigo segundo diz: "Art. 2º - O valor que exceder a 40%, se não houver tomador, poderá ser utilizado na modalidade "fundo perdido.", que é justamente aquilo que eu coloquei antes, ou seja, se não houver tomador para empréstimo, o recurso que estiver sobrando poderá ser utilizado a fundo perdido, porque aí atendemos a questão do "preferencial". A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Sr. Secretário, gostaria apenas de algumas explicações. Por razões que o senhor conhece, o projeto que a Secretaria do Meio Ambiente apresentou no ano passado ficou parado por 6 meses no D.A.E.E., mais uns 7 meses parado lá pela Secretaria, e agora estou sabendo que o projeto saiu e veio para o FEHIDRO, em que pese mandar ainda para o BANESPA. Isso significa que o trabalho que eu tive esse tempo todo correndo atrás para saber aonde está o projeto, brigando com o senhor - porque queriam descaracterizar o meu projeto... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Eu!? (risos) A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Sim, o senhor! (risos) Mas, então, tudo aquilo acabou, está cancelado? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Que projeto é esse? A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - um projeto que a Secretaria iria fazer nas 5 sub-bacias, com informações não só sobre a nova lei de mananciais, mas também sobre o que era o comitê, o que era o Sistema de Recursos Hídricos, enfim, tudo isso aí... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... E o que é que eu tive a ver com isso!? (risos) A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - O senhor cancelou, ficou parado 4, 5 meses... (risos)... Mas tudo bem! (risos) O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, Neusa; agora eu quero que você esclareça isso! (risos) A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - que, na época, o senhor considerou - através do Jorge Simão - que aquele projeto era para formar sub-comitês, e aí não pode ser contemplado, apesar de ter sido aprovado pelo comitê. Daí, na reunião do "COHRI", foi dito pela "Estela" que não era isso, era para gabaritar os futuros sub-comitês, e daí então foi considerado que podia ser contemplado. aí eu desenvolvi e detalhei o projeto, enfim, é só para justificar o tempo, e o que eu quero saber apenas é o seguinte: cancela por que eu não assinei ainda isso? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, veja bem; o parágrafo único diz o seguinte: "Os projetos indicados pela deliberação CBH-AT nº 1/96 de 30.09.96..." - aqui entra o seu projeto - "... passarão a onerar o orçamento de 1997." A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - então, eu continuo "andando"... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, continua andando, só que o orçamento de 1996 não tem mais, acabou! Simplesmente, virou ano de 1997, e os projetos continuam andando. Agora, sobre essa história que você contou aí, depois queria saber mais detalhes a respeito, porque ela não é bem assim, não! (risos) Alguma dúvida com relação a essa proposta? O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, só um esclarecimento: a SABESP participou desse pedido e foi contemplada com uma verba, e esse projeto não foi ainda desenvolvido. A minha pergunta é no sentido de que se ela ainda teria tempo de desenvolvê-lo ou não? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Olha, estamos preparando uma proposta... porque, na realidade, o que aconteceu foi o seguinte: quando foi feita essa

proposta e enviada para todos os senhores, não havíamos ainda feito a discussão com os Secretários executivos da bacias, e na reunião com esses Secretários avançamos um pouco mais na questão. então, a questão é a seguinte: essa proposta, obviamente, não vai ser aprovada somente para o comitê de Bacia do Alto Tietê, ela vai ser aprovada para os 20 comitês de bacia, e aí o critério vai ser o seguinte; o proponente que não deu entrada no agente técnico até agora perdeu a priorização. E por quê? Porque tem muitos proponentes em que o sujeito foi lá, conseguiu a prioridade e não apresentou nada até hoje! A SABESP é um deles, mas tem vários outros casos também. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Quer dizer que já perdeu efetivamente ou ainda não? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não perdeu ainda, mas irá perder, ou seja: isso daqui nós vamos levar para a reunião do COFEHIDRO, e quando este deliberar, ela perderá, como também todos os outros que não apresentaram projetos até aquela data. Se conseguir enviar o projeto para os órgãos técnicos antes da reunião do COFEHIDRO, está valendo ainda. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Sr. Secretário, gostaria aqui de também lembrar dessa questão da SABESP, pelo seguinte: na nossa Região, o único projeto contemplado naquela divisão eqüitativa foi um projeto da SABESP, um projeto que, inclusive, nós ecoamos a sociedade civil, na época também incentivamos os municípios - que não estavam entendendo o processo todo na Região - para que apresentassem projeto, porque entendemos o projeto da SABESP como um projeto de repercussão muito grande na Região, porque ele encarga o saneamento ambiental de uma microbacia - que é a do Ribeirão Itaim, o Prefeito aqui também conhece bem - que hoje ali tem um sistema de abastecimento de água que abastece o complexo hospitalar do Juqueri. então, hoje a SABESP recebeu esse sistema de tratamento para administrar, mas está abandonando o programa de saneamento ambiental; isso é um absurdo! Esse recurso tem que ser, efetivamente, captado pela SABESP, é uma negligência da SABESP! A sociedade civil entendeu, naquele momento, que o projeto era muito importante, apoiou esse projeto, a Região - naquele momento - acabou recebendo, sendo contemplada apenas com esses recursos da proposta da SABESP. Porém, agora, estamos vendo a SABESP com um discurso muito estranho, dizendo que o dinheiro do FEHIDRO está muito caro, quer dizer, por que é que está caro aqui em são Paulo e não está caro nas outras sub-regiões? Temos informações que a SABESP tem encontrado recursos em outras regiões... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... não, não está nada! não apresentou projetos do mesmo jeito! O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - então, esse discurso de que o dinheiro do FEHIDRO está caro "não colou" para nós! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Os recursos do FEHIDRO são considerados os mais baratos que existem aí! O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - então, mas a SABESP está com essa conversa na Região, e acho importante registrar aqui esse protesto e, efetivamente, cobrar da SABESP que ela assuma esse recurso e implemente o "Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Itaim", que inclusive tem um detalhe muito importante: depois de uma luta de muitos anos por parte da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, saiu a liminar de reintegração de posse que vai retirar todos os invasores daquela área de proteção ambiental e fica um problema para o Prefeito aqui do lado - que já está reclamando... (risos)... Mas, efetivamente, a

SABESP tem que assumir aquela área e implementar esse programa de saneamento ambiental; agora é o momento oportuno de captar esses recursos! Proporcionalmente, o custo/benefício para ela - ainda mais agora o Sr. Secretário reforçando que o recurso é mais barato -, não tem desculpa! nós, enquanto sociedade civil, registramos aqui essa questão e exigimos da SABESP que cumpra a sua proposição de executar esse programa, porque ele é de muita relevância para a Região! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O Darcy está aqui como representante da ABES, mas como ele é funcionário da SABESP, acho que ele pode encaminhar essa questão para eles. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Além de encaminhar, Sr. Secretário, eu gostaria de propor o seguinte: independentemente da SABESP vier ou não pegar esses recursos, que nós, do comitê, mantenhamos esse projeto e o recurso respectivo. Se for o caso, nós acertamos e fazemos uma parceria município- ONG's, enfim, vamos colocar o projeto e manter o projeto, porque ele é importante! Acredito que a SABESP não vai se furtar a estar e participar desse projeto... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... não, Darcy, é o seguinte: se a SABESP apresentou o projeto, tem que dar continuidade! O SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA - Sr. Secretário, acredito que agora - como ela, SABESP, assumiu a "ETA"(?) do Complexo Juquehi - ela vai ser obrigada a assumir, porque ela assumiu o do Itaim e ela vai ser, de qualquer maneira, tocar avanta esse projeto! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Darcy, eu só pediria que você conversasse com o setor competente da SABESP para poder agilizar isso e dar entrada antes que o COFEHIDRO cancele o projeto. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Sr. Secretário, no caso do Rio Ribeira - temos aqui várias pessoas do comitê do Rio Ribeira, aonde agora estou também militando -, e nós acabamos deliberando, no comitê, que aqueles que não tinham apresentado projeto até determinada data - demos um prazo -, independentemente de ter ido para o COFEHIDRO, nós cancelamos e pedimos reenquadramento para o comitê ter uma dinâmica própria, se não ficamos dependendo disso lá e o pessoal relaxa! então, demos um prazo, e se só um apresentou, tudo bem, vamos em frente! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Isso é muito interessante, MÁRIO; é outra coisa que poderíamos deliberar. Vamos estabelecer um prazo para que se apresente o projeto ao agente técnico. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Mesmo desse ano, não é isso? O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Sim, mesmo os deste ano. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, mesmo os deste ano; isso foi bem lembrado, MÁRIO, obrigado! Vamos colocar isso em votação em seguida. Mas antes, vamos deliberar sobre essa proposta aqui, que é uma proposta a ser encaminhada ao COFEHIDRO, e o objetivo disto é só levantar a questão dentro daquele órgão, porque, inclusive, o COFEHIDRO já está trabalhando esse assunto. Mais alguma manifestação com relação a esta proposta? (...) Portanto, vamos à votação: os Srs. Conselheiros que forem favoráveis à apresentação dessa proposta na forma como está permaneçam como se encontram; os que forem contrários, levantem o braço. (Pausa) Portanto, esta APROVADO. Agora, o MÁRIO lembrou bem: nós temos que fixar um prazo para que aqueles projetos que aprovamos e liberamos recursos sejam apresentados aos órgãos técnicos. Alguém teria uma sugestão de prazo? A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Acho que 30 dias está bom demais, vocês não acham? O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Eu gostaria de propor um prazo um pouco maior; 30 dias,

para ter o projeto bem feito, é muito pouco! A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - No mínimo, os projetos que estão aqui já tem um bom caminho andado, né? O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - A não ser, é óbvio, aquelas entidades que já tinham os seus projetos prontos, concordam? A Prefeitura de Itapecerica, por exemplo, que a ABES está em parceria com a mesma na feitura do projeto, nós não temos nada ainda! não tem mapa, enfim, não tem absolutamente nada, porque não tem técnico para fazer! Vamos ter que ainda pegar na ABES, produzir uma reunião na ABES para decidir isso... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - ... Tudo bem, o que vamos estabelecer é um prazo máximo, mas nada impede que se possa entrar amanhã mesmo com o projeto nos órgãos técnicos! O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sim, tudo bem, mas 30 dias é muito pouco! A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Fale outro, então! Sugira um prazo aí... O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Acho que, no mínimo, uns 60 dias. - (Tumulto, os participantes fazem vários comentários paralelos, fora do microfone, sendo que num desses comentários alertam o Sr. Secretário para algo que o mesmo havia esquecido de mencionar). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Ah! Desculpe, não observei isso. estão me informando aqui uma coisa: faltou a resolução, porque nós discutimos os valores a fundo perdido e tal, mas não discutimos a resolução. A resolução que foi apresentada aos senhores estabeleceu um prazo de 30 dias, e nós não votamos a resolução em si. a "Proposta de deliberação CBH-AT nº 03, de 05.09.97", que também está aí no material distribuído a todos vocês. A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - Aqui está escrito "desta data", a data da aprovação, ou seja, começa a contar a partir de hoje... O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Eu acho que é preferível que se estabeleça um prazo, porque nós, no passado, não estabelecemos prazo nenhum, e o problema é que tem projeto que está Há mais de ano aprovado e ainda não foi apresentado! - (Depois de uma breve discussão paralela levada a efeito pelos membros do comitê, em que se discutiam os prazos de 30, 45 ou 60 dias, foi feita uma proposta que se que consensual por um dos membros do comitê, no sentido de um prazo de 45 dias). O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Olha, pelo menos 45 dias é melhor do que 30 dias, né?! (risos) O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Olha, eu acho que 45 dias é um prazo razoável, porque quem já tiver o projeto pronto, é óbvio, não precisa esperar os 45 dias; entra antes e já começa a correr. O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV / ABC) - Eu ía falar justamente isso, Sr. Secretário; também não dá para quem já tem o projeto pronto esperar porque alguém ainda não tem projeto pronto para ser apresentado! A SRA. NEUSA MARCONDES (Secretaria do Meio Ambiente) - O prazo máximo seria esse; passou disso, não apresenta mais! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Obviamente, quando se fala em "no prazo de 30 dias", subentende-se que esse seria o prazo máximo! então, nessa parte do prazo constante aí da resolução, passaria a constar "no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias", ao invés de 30 dias. então, o projeto que não for encaminhado ao órgão técnico até 45 dias, perde o direito, está desclassificado, enfim, perde a prioridade, todos concordam? - (Um dos participantes do comitê, que não se identifica e fala fora do microfone, sugere que se coloque também a palavra "improrrogável" no texto). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sei... esse prazo seria improrrogável... então, o texto ficaria assim: "no prazo improrrogável de 45 (quarenta

e cinco) dias", é isso? Muito bem, então vamos colocar em votação. Os Srs. Conselheiros que forem favoráveis à aprovação do texto da deliberação nº 03/97, do CBH-AT, com a alteração aqui na questão do prazo para "45 (quarenta e cinco) dias, improrrogáveis" , permaneçam como se encontram; os contrários, levantem o braço. (Pausa) APROVADO, portanto. Acho que agora, efetivamente, encerramos esse bloco da nossa pauta. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, ainda com relação ao encaminhamento de projetos, a Secretaria poderia enviar aos pretendentes um roteiro de como e o que precisa para se encaminhar os projetos aos órgãos técnicos? Ou seja, como é que se faz isso? através da Secretaria Executiva, qual é o órgão técnico, etc., etc. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Olha, existe o "Manual do FEHIDRO", que inclusive já deve ter sido melhorado, o "CORI" tem um manualzinho melhorado do FEHIDRO, que indica qual o roteiro; e se houver alguma dúvida, os órgãos técnicos podem assessorá-los. Bom, com isso encerramos aqui o bloco "IV" da nossa pauta, e só um esclarecimento: nessa documentação que encaminhamos a todos aí nós temos algumas emendas que recebemos ao projeto de lei de cobrança pelo uso da água. Vamos receber mais emendas e o comitê deverá deliberar sobre elas, para depois encaminharmos tudo ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Podemos tanto encaminhar todas as emendas recebidas sem análise nenhuma ou o comitê pode apoiar ou recusar as emendas, só que para isso temos que fazer uma reunião extraordinária no final de setembro, para apreciar e discutir as emendas e aí encaminhar todo o material ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Lá isso vai sofrer uma nova discussão. Portanto, consulto o comitê se prefere discutir aqui antes de encaminhar as emendas, ou se toda emenda recebida nós encaminharíamos ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos? O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV / ABC) - Sr. Secretário, eu acho o mais correto - todos nós recebemos esse material agora - termos uma reunião específica para discutirmos e analisarmos essas emendas. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - justamente isso que estamos propondo, lembrando que ainda está aberto o prazo para o recebimento de emendas. Portanto, temos que estabelecer um prazo para o recebimento de emendas, alguém precisaria analisar essas emendas para dar um parecer, e aí nós faríamos uma reunião extraordinária do comitê, então, para deliberar sobre as emendas apresentadas. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, como o comitê já tem um prazo para o encaminhamento dessas emendas, as entidades teriam também um prazo para encaminhamento das suas emendas ao comitê para que as mesmas possam ser analisadas e para que se marque a reunião posteriormente a isso. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - então, indo de trás para a frente, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos vai receber emendas dos comitês de bacia e do próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos até o final de setembro; portanto, precisaríamos fazer uma reunião extraordinária antes do final de setembro para poder deliberar sobre isso. já temos uma sugestão de data, dia 30 de setembro, para fazermos essa reunião e aquilo que sair da reunião já encaminhamos ao Conselho Estadual. E se formos fazer uma reunião extraordinária no dia 30 de setembro, temos que encerrar o prazo para o recebimento de emendas um pouco antes para que alguma comissão analise essas emendas e traga um parecer. Aliás, nós criamos uma câmara técnica de planejamento, que não foi instalada ainda, mas existe uma câmara técnica de planejamento criada e que, infelizmente, tivemos poucas inscrições para a

mesma. O espaço correto para se discutir isso seria a câmara técnica de planejamento. Há uma sugestão aqui no sentido de que fixemos um prazo até o dia 20 deste mês para recebimento de emendas, e na realidade, não seria pouco prazo, porque já fizemos uma audiência pública no dia 05 de agosto e já fizemos uma outra audiência pública a respeito do mesmo tema, e creio que essa minuta já é de conhecimento das entidades Há algum tempo. então, fixaremos um prazo até o dia 20 de setembro para o recebimento de emendas... estão me informando que dia 20 de setembro é sábado, então estabeleceríamos um prazo até o dia 19 de setembro para o recebimento de emendas a reunião se realizaria, então, no dia 30 de setembro. O fórum adequado para se discutir isso é a câmara técnica, como já disse, e eu, infelizmente, não vou estar aqui, vou estar fora nesse período, mas vou pedir para o Gerôncio instalar essa câmara técnica e aí já colocar este assunto em pauta nessa câmara técnica. - (O Sr. Gerôncio levanta algumas questões ao Sr. Secretário quanto à exiguidade do prazo para a instalação, a reunião e feitura do parecer, tendo em vista a reunião extraordinária realizar-se no dia 30 de setembro). O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Essa câmara técnica só vai analisar as emendas depois de recebê-las, evidentemente; então, entre o dia 20 e o dia 30 vai ser necessário fazer-se essa análise, quer dizer, na realidade, creio que deveríamos instalar e na próprio reunião de instalação já fazer a discussão, ou seja, a instalação poderá ocorrer em qualquer data depois do dia 19 e antes do dia 30 de setembro. Portanto, o Gerôncio marcaria uma data para a instalação da câmara técnica de planejamento, entre o dia 19 e o dia 30 de setembro e nessa reunião, então, se faria a instalação da câmara técnica e ao mesmo tempo a discussão das emendas recebidas até aquela data. então, até o dia 19 de setembro, todos os membros do comitê poderão encaminhar emendas. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - E, no caso, também seria até essa data o prazo para inscrição para participar dessa câmara técnica, é isso? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Sim, exatamente, também inscrições para a câmara técnica: qualquer membro do comitê pode se inscrever para participar da câmara técnica. aí entre 19 e 30 de setembro seria instalada a câmara técnica e no dia da instalação seria feita a discussão das emendas e o comitê se reuniria no dia 30 já para apreciação das mesmas. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - só uma dúvida, Sr. Secretário: esses prazos que estamos fixando aqui estão dentro também dos prazos regimentais da Assembléia Legislativa? Porque tem um prazo de tramitação regimental na respectivas Comissões da Assembléia todas essas emendas, não é isso? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - não, Bonfiglio, ainda nem chegou a ser encaminhado para Assembléia Legislativa! Isso é um anteprojeto que está tramitando no âmbito do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do Estado. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - então, desculpem a nossa falha! Deixa prá lá! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Isso é informal ainda; o que vai valer é no momento em que o Governador assinar a mensagem e encaminhar para a Assembléia Legislativa. Antes disso - indo de trás para a frente -, vai ser apreciado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que vai se reunir para tanto no final da primeira quinzena de outubro. Portanto, o cronograma ficou mais ou menos da seguinte forma: emendas aqui no comitê de Bacia até o dia 19 de setembro; entre o dia 19 e 29 de setembro, a câmara técnica se reúne e aprecia; dia 30 de setembro o

comitê de Bacia aprecia, então, aquilo que a câmara técnica encaminhar; daí vai para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; aí o "CORI" vai receber as emendas e propostas de todos os comitês de bacia e de todos os conselheiros do CRH e depois vai, entre o dia 30 de setembro até a data da reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, analisar as emendas e uma semana antes da reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos terá que encaminhar... o "CORI" vai ter duas semanas para analisar todas as emendas. Depois vai encaminhar a todos os conselheiros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Portanto, acho que, na verdade, é no final da terceira semana de outubro, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos se reúne e delibera sobre o projeto, aí finalmente. Depois encaminha o projeto para a assessoria técnica legislativa do Governador, que vai examiná-la para ver se a Procuradoria Geral do Estado está de acordo com o projeto e aí vai se preparar a mensagem, que por sua vez vai ser encaminhada para a Assembléia Legislativa do Estado. aí na Assembléia Legislativa começa tudo de novo: vai para a Comissão de Constituição e Justiça, que vai estudar a legalidade da proposta, enfim, daí começa todo o processo legislativo. então, não havendo mais nada a deliberar, agradeço a presença de todos... O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Sr. Secretário, apenas um esclarecimento, por gentileza: o "Planão", o plano plurianual, ele já foi aprovado na Assembléia Legislativa ou ainda está tramitando? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O Plano Estadual de Recursos Hídricos ainda não foi aprovado. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Queria renovar uma sugestão que fiz na instalação do comitê, no sentido de que se encaminhasse uma cópia da minuta que está tramitando na Assembléia, proposta esta feita pela Secretaria, a todos os membros do comitê. Isso foi publicado no "Diário Oficial" quando foi encaminhado, mas o acesso ao "Diário Oficial", e até mesmo a temática e a fluência das reuniões ainda não estavam nesse pé, eu acho que é importante agora que os novos prefeitos e os novos representantes tomem conhecimento dessa proposta. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - O projeto estava na pauta para ser votado, recebeu emendas - não sei se teve emendas aprovadas... Talvez possamos encaminhar aos senhores a projeto na forma em que ele está atualmente, porque talvez ele tenha recebido emendas ao passar pelas várias Comissões da Assembléia. Aliás, com certeza ele recebeu emendas, pois lembro- me que fizemos manifestações favoráveis a várias emendas. O SR. BONFIGLIO ALVES FERREIRA (Conselho Comunitário Saúde / Franco da Rocha) - Portanto, Sr. Secretário, a sugestão que tinha a fazer era essa, que se remeta, via mala-direta, para todos os membros deste comitê essa proposta do "Planão" que está sendo feita. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Sr. Secretário, só mais uma contribuição, um mecanismo que estamos usando no Vale do Ribeira, e vou procurar ser bem rápido. Quando for fazer enquadramento dos projetos, no comitê nós estamos tirando uma comissão, com membros do Governo, da sociedade civil e das prefeituras para fazer esse enquadramento, ao invés de deixar lá. Isso poderia ajudar, ou seja, da próxima vez nós poderiamos eleger aqui uma comissão, que faria esse enquadramento. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Mas para isso existe a câmara técnica de planejamento, foi para isso que nós a criamos! Para o ano que vem, esse trabalho já serão feito pela câmara técnica de planejamento. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Perfeitamente; a sugestão foi só no sentido de deixar a coisa mais eqüitativa, com todo mundo participando e

colaborando. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Esse trabalho que foi feito pela Secretaria Executivo vai ser realizado, com essa participação proposta por você, MÁRIO, pela câmara técnica de planejamento. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Sr. Secretário, eu tive notícias de que a Região Metropolitana de são Paulo foi recriada por lei; uma lei recriando a Região Metropolitana de são Paulo e várias outras regiões metropolitanas. Queria saber se isso tem fundamentação, e se tiver, o que implicaria isso, as repercussões de uma lei dessas em toda a questão dos recursos Hídricos? O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Eu não tenho essa notícia, não; isso é uma lei complementar, não é uma lei que passa, assim, "batido", e a Região Metropolitana tem que ser através de lei complementar. Acho que a única que está regulamentada é a da Baixada Santista. O SR. DARCY BREGA FILHO (ABES) - Pois é, mas qual seria a repercussão que teria, no âmbito da Bacia do Alto Tietê, uma lei que recriasse a Região Metropolitana de são Paulo, do ponto de vista de gestão de recursos Hídricos, de resíduos sólidos, enfim, e a gente já se preparar para esse futuro que, pelo que me parece, está próximo! Digo isso porque foi criada, agora, a da Baixada Santista, e a próxima - pelo que eu ouvi dizer - seria a Região Metropolitana de são Paulo. Portanto, queria deixar isso daí para a comissão de planejamento já ir se antecipando ao que pode advir desse fato. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Quando isso acontecer, ela serão uma lei hierarquicamente superior à lei de recursos Hídricos. O SR. SAMUEL (S.O.S. Mata Atlântica) - Sr. Secretário, depois que encaminharmos os novos projetos - que temos um prazo de até 45 dias para tanto - qual vai ser o novo prazo para se analisar isso, aprovar isso e qual a perspectiva de liberação de recursos? Pergunto isso porque a coisa fica meio subjetiva aí, porque a gente encaminha o projeto, então quando é que vai ser discutido, aprovado e, realmente, a perspectiva de liberação desses recursos. estávamos conversando aqui a respeito do que o MÁRIO colocou, quer dizer, esse é um recurso virtual, porque existem projetos que estão sendo analisados Há dois anos! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - No caso dos projetos que aprovamos hoje, se as entidades estiverem com eles prontos, já podem entrar a partir de amanhã no órgão técnico. Entrando no órgão técnico, ele começa a correr. O SR. MÁRIO MANTOVANNI - Mas a proposta, Sr. Secretário, é ter um prazo para o órgão técnico fazer isso, porque se não, damos entrada nos projetos ali e fica um ano ou mais para o órgão técnico decidir! A "RISPAH" por exemplo, agora vai ter que fazer "EIA-RIMA" para catar lixo com catador, eu nunca vi isso na minha vida! (...) Estou exagerando um pouquinho, tudo bem, mas não tem jeito! não pode ser sem prazo, porque já está Há um ano o projeto correndo no órgão técnico! Ou fala sim, ou fala não, "olha, o seu projeto está ruim", e pronto! Ponto final! Devolve e não se fala mais nisso. preferível que seja assim, que se tenha um prazo para os órgãos técnicos se manifestarem, se não fica lá um ano ou mais se arrastando aquilo. O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Vejam bem uma coisa: na forma anterior, tinha que passar, obrigatoriamente, pelo D.A.E.E. e pela CETESB. Agora, melhorou, porque é "um ou outro". O fato de passar pelo agente técnico não quer dizer, por exemplo, que se passar pela CETESB não eqüivale a um licenciamento ambiental. Passa pela CETESB e se precisar de licenciamento ambiental, vai ter que fazer esse licenciamento! Portanto, era um processo extremamente demorado e só acrescentava prazo, porque ía para o D.A.E.E., ele demorava, aí ía para a CETESB,

ela demorava, aí precisava de licenciamento ambiental, aí tem que entrar com um "RAP", etc. então, nós estamos simplificando tudo isso, e a primeira simplificação é que agora passa ou pelo D.A.E.E. ou pela CETESB. E também os agentes técnicos estão sendo instados a fazer a apreciação o mais rápido possível. então, se tiver projeto pronto, pode entrar já amanhã, pois já está deliberado nesse sentido. O SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV / ABC) - Queria apenas falar rapidamente a respeito de outro projeto, e aproveitar para trazer para este comitê um protesto! O Secretário de Recursos Hídricos pegou o CONSEMA de "calças curtas" esses dias! Levou para lá uma deliberação para a oxigenação do Rio Pinheiros e, por sua vez, remeter em forma de teste para o reservatório Billings. Ou seja, para a gente foi muito ruim esse processo, uma vez que o CONSEMA tinha aprovado, Há cerca de dois meses, que o reservatório Billings é prioritário para o abastecimento público, proposta feita pelo próprio Secretário e pelo comitê e, de repente... Quer dizer, o abastecimento público pressupõe "zero" de esgoto, nada de esgoto! já não chega o que é lançado pelas ocupações clandestinas nas áreas de mananciais, que inclusive hoje gerando um grande problema no reservatório, Sr. Secretário: a Billings está verde! E isso acontece justamente aonde desemboca aqueles córregos dos loteamentos clandestinos. só ir até ali que vemos como se prolifera aquela imensa quantidade de algas! Portanto, o protesto que eu trago aqui é que este é um assunto, na minha opinião, do comitê, e não diretamente para o CONSEMA. então estou trazendo aqui o meu protesto, e o Sr. Secretário sabe o que a gente já fez no CONSEMA, os ambientalistas se retiraram da reunião do CONSEMA em protesto contra isso, porque é um assunto extremamente polêmico, duvidoso, e que requer uma discussão bem apurada e aprofundada por todos nós aqui! Ou a gente quer água para o abastecimento público ou não quer! Dessa forma, estou trazendo aqui o protesto da nossa entidade, porque este comitê, para nós, é fundamental para se discutir as questões relativas aos recursos Hídricos; o CONSEMA é importante também, mas primeiro teria que ter passado por aqui! O SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - Virgílio, creio que você ainda não tinha chegado no começo da reunião, mas eu coloquei esse assunto exatamente no início da nossa reunião de hoje. Realmente, saí constrangido daquela reunião do CONSEMA porque acho que o teste é um processo tecnicamente e absolutamente correto, defensável, tanto que vários ambientalistas se manifestaram favoravelmente ao teste - mesmo gente que saiu, antes de sair se manifestou favoravelmente ao teste. Acho apenas que não houve condições políticas - porque a pauta estava muito carregada e por várias outras razões - de se discutir a questão. então, disse a você e a outras pessoas que não iríamos fazer nenhum bombeamento antes da questão ser discutida com mais amplitude, e portanto estamos trazendo esse assunto para o comitê de Bacia. O Gerôncio está organizando um seminário, vamos fazer uma reunião conjunta de todas as câmaras técnicas - não é uma reunião do comitê, e sim um seminário -, que já tem até data: vai se realizar no dia 02 de outubro, 9 horas, no auditório da SABESP. Nesse seminário vamos discutir a Billings e uma série de questões a ela ligadas, então vamos ter a possibilidade de fazer uma discussão ampla sobre esse tema. Portanto, acho que isso atende a sua solicitação. SR. VIRGÍLIO ALCIDES FARIAS (MDV / ABC) - Tudo bem, Sr. Secretário, mas fica aqui registrado também o meu protesto! (risos) SR. SECRETÁRIO HUGO MARQUES DA ROSA - já está devidamente registrado, com certeza! (risos) Mais alguma manifestação por parte de algum dos senhores? (...)

Esgotada a nossa pauta e não havendo mais ninguém querendo se manifestar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a nossa reunião. (Palmas) - (Encerra-se a reunião às 17 horas e 35 minutos).